

ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 21-8-2023.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença: Alexandre Bobadra, Claudio Janta, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mônica Leal e Pedro Ruas. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença: Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 138/23 (Processo nº 0285/23), de autoria de Mari Pimentel; o Projeto de Lei do Legislativo nº 448/23 (Processo nº 0773/23), de autoria de Idenir Cecchim; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 464, 514, 522 e 523/23 (Processo nº 0792, 0873, 0881 e 0882/23, respectivamente), de autoria de Alexandre Bobadra. A seguir, foi apregoado Requerimento firmado por Cassiá Carpes, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia quinze de agosto do corrente. Foi apregoado o Processo SEI nº 020.00113/2023-90, por meio do qual é autorizada representação externa de Alvoni Medina, no dia vinte e um de agosto do corrente, às treze horas e trinta minutos, com o objetivo de participar da Solenidade de abertura oficial da XXIX Semana da Pessoa com Deficiência do Estado do Rio Grande do Sul, realizado na FIERGS – Porto Alegre – RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Moisés Maluco do Bem, no dia vinte e dois de agosto do corrente, com o objetivo de participar da Solenidade de abertura da 40ª Convenção Gaúcha de Supermercados, Coquetel de Recepção das Estaduais e Encontro de Jovens Supermercadistas e Jantar de Boas Vindas ao evento, realizado em Porto Alegre – RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 234.00132/2023-74, por meio do qual é autorizada representação externa de Giovanni Culau e Coletivo, do dia vinte e oito ao dia trinta de agosto do corrente, com o objetivo de participar da Sessão Solene em Comemoração ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, realizado na Câmara dos Deputados – Brasília – DF. Na oportunidade, por solicitação de José Freitas e Mônica Leal, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Maria Assunção Oliveira dos Santos e Ivo Czamanski, respectivamente. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Janaína Cortes Gomes, representando o Sindicato dos Odontologistas no Estado do Rio Grande do Sul (SOERGS), que se pronunciou

acerca Sistema de contratação de cirurgiões-dentistas para empregos e cargos da rede de saúde de Porto Alegre. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Cláudia Araújo, Biga Pereira, Airto Ferronato, Jonas Reis, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Aldacir Oliboni, Márcio Bins Ely, José Freitas e Roberto Robaina manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e nove minutos às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. Hamilton Sossmeier, presidindo, passou imediatamente ao período de Comunicações. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear a Associação Gaúcha de Consultoras em Aleitamento (AGACAM), em comemoração ao Agosto Dourado, nos termos do Requerimento nº 166/23 (Processo nº 0912/23), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo; Renata Adamy, Presidente da AGACAM. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Biga Pereira. Renata Adamy agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e onze minutos às quinze horas e treze minutos. A seguir, a Comenda Porto do Sol foi entregue ao Instituto São Benedito, referente aos seus trabalhos prestados ao Município, bem como em alusão aos 111 anos de sua fundação, comemorados no dia doze de maio do corrente, nos termos do SEI nº 024.00192/2023-35, de autoria de Claudio Janta. Compuseram a mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo; Irmã Maria Luiza Martinelli e Viviane Elgues Dias, respectivamente Diretora e Vice-Diretora do Instituto São Benedito; e Simone Maria Pedott Romanenco, Assistente Social da mantenedora do Instituto São Benedito – Rede ICM – Imaculado Coração de Maria. Em COMUNICAÇÕES, Claudio Janta manifestou-se. Irmã Maria Luiza Martinelli, Simone Maria Pedott Romanenco e Viviane Elgues Dias agradeceram a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e oito minutos às quinze horas e quarenta e dois minutos. Na oportunidade, por solicitação de Claudio Janta, Jonas Reis, e Cláudia Araújo, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Leopoldo Alves Velnecker, Maria Assunção Oliveira dos Santos e Thiago Rodrigues, respectivamente. Ainda, em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Comandante Nádia, esta em tempo cedido por Cláudia Araújo, Claudio Janta, Mauro Pinheiro e Tiago Albrecht, este em tempo cedido por José Freitas. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Biga Pereira, Moisés Maluco do Bem, Mari Pimentel, Alexandre Bobadra, Prof. Alex Fraga, Jonas Reis, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz e Claudio Janta. Foi aprovado Requerimento formulado por Marcelo Sgarbossa, solicitando o adiamento, para a próxima Sessão, do período de Grande Expediente. Às dezessete horas e trinta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoado Requerimento firmado por João Bosco Vaz, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia dezesseis de agosto do corrente, a partir das doze horas. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Comandante Nádia, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e três ao dia vinte e cinco de agosto do corrente. Foi apregoado o Ofício nº 2839/23, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 024/23 (Proc. nº 0900/23). Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Jessé Sangalli, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/22 (Proc. nº

0867/22) e foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa de seu envio às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Mari Pimentel, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/22 (Proc. nº 0867/22) e foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa de seu envio às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Psicóloga Tanise Sabino e Hamilton Sossmeier, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 044/23 (Proc. nº 0090/23). Foi apregoado Requerimento de autoria do vereador Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/21 (Proc. nº 0357/21). Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Psicóloga Tanise Sabino, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/21 (Proc. nº 0357/21). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 166/23 (Processo nº 0912/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/22 (Processo nº 0867/22), após ser encaminhado à votação por Tiago Albrecht, Pedro Ruas e Jessé Sangalli. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/22, por vinte e um votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/22, por quatorze votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jonas Reis e Cláudia Araújo, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/22 por vinte votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Na oportunidade, Aírto Ferronato manifestou sua intenção em ter votado favoravelmente ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/22. Às dezoito horas e um minuto, em verificação de quórum solicitada por Cláudia Araújo, foi

constatada a inexistência de quórum deliberativo e encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 332, 409, 412, 414, 416, 425, 426, 427, 433, 435, 436, 438, 441, 443, 444, 445, 450, 451, 454, 457, 459, 461, 467, 468, 470, 471, 472, 473, 475, 479, 481 e 483/23; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 442/22 e 370, 405, 411, 419, 420, 421 e 432/23; e o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 024/22. Às dezoito horas e dois minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Cassiá Carpes no dia 15 de agosto de 2023.

Aprego representação externa do Ver. Alvoni Medina, desta Casa, na solenidade de abertura oficial da XXIX Semana da Pessoa com Deficiência do Estado do Rio Grande do Sul, na FIERGS, na cidade de Porto Alegre, no dia 21 de agosto de 2023, às 13h30min. (SEI nº 020.00113/2023-90).

Aprego representação externa do Ver. Moisés Maluco do Bem, desta Casa, na solenidade de abertura da 40ª Convenção Gaúcha de Supermercados, coquetel de recepção das estaduais e Encontro de Jovens Supermercadistas e jantar de boas-vindas ao evento, em Porto Alegre, no dia 22 de agosto de 2023. (SEI nº 017.00005/2023-21)

Aprego representação externa do Ver. Giovani Culau e Coletivo, desta Casa, na Sessão Solene em comemoração ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, na Câmara dos Deputados, em Brasília, no período de 28 a 30 de agosto de 2023. (SEI nº 234.00132/2023-74)

Vereador José Freitas (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Maria Assunção Oliveira dos Santos, que nos deixou precocemente, vítima de um infarto, servidora municipal, professora aqui de Porto Alegre. Inclusive, ela é cunhada do Oli Carlos, servidor desta Casa, secretário da COSMAM, e cunhada da minha irmã Janete.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ivo Czamanski, cineasta, fotógrafo, jornalista. Foi o diretor de fotografia mais antigo do Estado do Rio Grande do Sul, acumulou mais de 300 trabalhos cinematográficos em cerca de 60 anos de carreira; entre 2007 e 2010, foi diretor do Instituto Estadual de Cinema do Rio Grande do Sul, uma das instituições

pertencentes à secretaria da Cultura na minha gestão como secretária da Cultura no governo Yeda Crusius. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Odontologistas do Estado do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo ao sistema de contratação de cirurgiões-dentistas para empregos e cargos da rede de saúde de Porto Alegre. A Sra. Janaína Cortes Gomes, representando o Sindicato, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. JANAÍNA CORTES GOMES: Boa tarde a todos senhores e senhoras aqui presentes. Só um detalhe: vamos falar sobre o Projeto Maio Vermelho de Porto Alegre. Meu nome é Janaína Gomes, diretora do Sindicato dos Odontologistas do Estado do Rio Grande do Sul. Bom, dentro dos princípios do Sistema Único de Saúde, englobando as políticas de saúde bucal, queremos apresentar aos senhores o Projeto Maio Vermelho, um conjunto de ações em saúde bucal que acontecem principalmente no mês de maio, anualmente, para prevenção e luta contra o câncer bucal. Está amparado por lei estadual que instituiu o dia 31 de maio o Dia Estadual de Combate ao Câncer Bucal em função de esta data ser o Dia Mundial Sem Tabaco, que é a principal causa da doença. Qual a origem? Nasceu nas reuniões do Comitê das Entidades de Classe Odontológicas do Rio Grande do Sul, o Ceco/RS, em 2011, portanto há mais de 10 anos o projeto existe, e tem na sua coordenação os cirurgiões-dentistas Juliana Romanini, que aqui se encontra, e Vinícius Carrard. Mas por que um sindicato, o Soergs, vem como instituição apoiadora? O nosso sindicato tem uma atuação e uma missão interdisciplinar, não apenas pela defesa da categoria, mas atuando na saúde bucal coletiva para todas as pessoas. Apoiar um projeto que vai desde a ciência dentro das universidades, atingindo as populações mais vulneráveis, merece toda nossa atenção.

Mas, afinal, o que é o câncer de boca? É um tumor maligno que afeta as estruturas da boca, e o tabaco e o álcool são os maiores fatores de risco. As sequelas da doença podem comprometer a vida, inabilitar os cidadãos para o trabalho e afetar seu convívio na sociedade, além de gerar alto custo para os serviços de saúde. Como prevenir a doença? A prevenção é realizada por meio de exames de saúde bucal, por profissionais qualificados, podendo ser em consultórios itinerantes. Como tratar a doença? Identificada alguma alteração, o usuário ou paciente é encaminhado para o serviço especializado para

realização de biópsias e confirmação do diagnóstico. Senhores vereadores, apesar de pouco conhecido, é um problema de saúde pública que está sempre entre os dez mais frequentes segundo as estatísticas do Inca. Quais as ações que têm sido realizadas em Porto Alegre e no interior? Ações de pesquisa com fórum de discussão permanente entre os profissionais, inclusive estando presente na telessaúde, atendimentos individuais e itinerantes para diagnósticos de lesões em estágio inicial, atividades de promoção de saúde, rodas de conversas, palestras e encontros virtuais para orientação em relação aos fatores de risco.

Aqui, trago também aos senhores os objetivos gerais do projeto: qualificar a atenção à saúde dos usuários, pacientes, atingindo o maior número possível de pessoas atuar em rede desde a atenção primária até a atenção terciária; ampliação da rede diagnóstico com laboratórios para biópsia; trazer celeridade aos tratamentos após o diagnóstico da doença. Mais do que nunca, queremos atuar na prevenção, aproximar a rede pública e a universidade. Quais as produções do projeto no ano de 2023? Com iniciativa conjunta da Secretaria Municipal de Saúde e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Telessaúde, tecnologias avançadas, contou com o apoio da Remaps, que é o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre, junto com as universidades: PUC, Atitus, UniRitter, as instituições que atuam na Atenção Primária em Porto Alegre: IBSAÚDE, Hospital Divina Providência, Associação Hospitalar Vila Nova, Santa Casa e também com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e a Assembleia Legislativa, onde fizemos uma exposição sobre o histórico do projeto. E digo mais, neste ano, as nossas redes sociais do projeto Maio Vermelho alcançaram o terceiro setor com muitas instituições requisitando as palestras e encontros locais. Um exemplo, clubes de serviço, Lions Clube de Porto Alegre, ONGs como a Associação Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais. Quais os benefícios para os cofres públicos? Este projeto é fundamental para que tenhamos redução dos custos de tratamento hospitalar e reabilitação, este projeto pode devolver a qualidade de vida às pessoas com a prevenção, pois as sequelas, muitas vezes, inabilitam os pacientes para o trabalho e para a vida em sociedade. A estética e a alimentação ficam comprometidas, as pessoas passam a viver escondidas. Com este projeto não atingimos apenas a boca, mas sim a saúde integral do indivíduo e as doenças crônicas. Quais os números de 2023? Foram realizadas capacitações para a rede de saúde bucal, para dentistas, médicos, técnicos e auxiliares de saúde bucal, 354 profissionais participaram do evento, foram realizadas ações externas itinerantes junto à unidade móvel da Secretaria Municipal de Saúde e do caminhão do Fique Sabendo Jovem. Ações nas unidades de saúde de Porto Alegre foram realizadas no dia 31 de maio, alcançando 3.793 pessoas examinadas pela Atenção Primária. Portanto, foram mais de 4 mil pessoas/pacientes examinados, todos encaminhados e alguns encaminhados para os serviços dos centros de especialidades odontológicas, na especialidade estomatologia. Caros vereadores e vereadoras, o que precisamos a partir de agora? O projeto está crescendo e ganhando visibilidade, e quais as demandas aos senhores vereadores? Queremos organizar espaços para exames bucais itinerantes em Porto Alegre de promoção e educação em saúde.

Abaixo, vou elencar alguns itens de que precisamos, que são tendas e gazebo, conjuntos de mesas e cadeiras, material publicitário e gráfico para impressão de cartazes e folhetos, pleno acesso ao auditório ou ao plenário desta Casa com estrutura física para treinamento e capacitação. Algo muito importante que nós precisamos também é apoiar a norma técnica ou portaria que orienta a notificação compulsória da doença do câncer de boca, no sentido de exigir celeridade do Executivo, da Secretaria Municipal da Saúde, assim a população será beneficiada com acesso mais rápido ao tratamento. Agora, com Fernando Ritter, que é dentista também, como Secretário Municipal da Saúde em Porto Alegre. O mais importante: precisamos de financiamento para outubro de 2023 e para o ano de 2024, para que possamos ampliar o projeto além do mês de maio, mediante as emendas parlamentares, doações ou outras rubricas, lembrando que nosso projeto é plural e pluripartidário. Pretendemos estender o projeto para o mês de outubro, quando são realizadas as ações e as atividades da Semana de Saúde Bucal, e porque é o mês do cirurgião-dentista, mês alusivo à odontologia. Este projeto, caros senhores vereadores e vereadoras, é um projeto transformador no tempo, no espaço e no modo, porque ele pode transformar a vida de pessoas, trazendo a universidade para os bairros, para todos os bairros de Porto Alegre não apenas no mês de maio, mas em todos os meses do ano. Ele é um projeto transformador no espaço, porque ele pode sair da universidade alcançando os bairros de Porto Alegre, ele pode alcançar também a saúde integral do indivíduo, não apenas a boca. O nosso lema é “quem salva uma vida salva o mundo inteiro”. Convido os senhores a seguirem o nosso projeto nas redes sociais @projetomaiovermelho. Muito obrigada pela atenção.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado. Convidamos para compor a Mesa a Sra. Janaína Cortes Gomes.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Hamilton; Janaína Gomes, seja bem-vinda à nossa Casa, o tema é extremamente importante – já estivemos juntas em algumas lutas do IMESF –, com certeza, a importância da saúde bucal. Nós trabalhamos, inclusive, na Comissão de Saúde. Eu, vice-presidente; o Freitas, presidente; todos os vereadores que compõem a Comissão de Saúde estão sempre preocupados. Inclusive, tivemos uma pauta agora, há poucos dias, com relação à saúde bucal. Então é muito importante que a gente possa oportunizar que as equipes estejam cada vez mais completas e que todos os postos possíveis estejam habilitados com uma cadeira de dentista. Nós sabemos que as pessoas, em geral, só conseguem, muitas vezes, um emprego, a sua dignidade, através de uma boca saudável. Então é muito importante, fora as doenças que podem ser adquiridas através de uma má higiene. Inclusive, eu tenho uma emenda que este ano será destinada a um projeto-piloto, que será um veículo móvel do Ibsaúde, com o qual nós vamos levar para as comunidades a saúde bucal para o alcance de todos. Então parabéns pela pauta, conte conosco e vida longa à nossa odontologia.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, Janaína Gomes, grande prazer em recebê-la aqui, neste espaço legislativo, e vir falar de uma pauta tão importante para a nossa saúde. A saúde bucal... Eu costumo dizer que a boca, gente, é a responsável por aquilo que entra e por aquilo que sai da nossa boca. Portanto, esse lema que vocês trazem, sim, é extremamente importante, porque, quando a gente salva uma vida, a gente sabe que, na verdade, está salvando o mundo inteiro. Eu a convido, inclusive, para estar conosco, no nosso gabinete, para nós discutirmos a forma de nós dirigirmos também emendas para esse trabalho tão importante, que o próprio sindicato tem levado, da conscientização, da importância da saúde bucal, porque falar em saúde bucal é falar da saúde como um todo. Então parabéns pelo trabalho, vida longa para esse trabalho maravilhoso que vocês realizam. Eu me coloco inteiramente à disposição, meu mandato, o mandato da nossa bancada toda. Um abraço, obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Hamilton, quero trazer a minha saudação especialíssima para a amiga Janaína e dizer da importância de tê-la conosco nessa tarde conversando sobre a saúde bucal e na representação do sindicato também. Dizer da importância do tema, dizer que nós estamos juntos e dizer que Porto Alegre precisa, sim, de um olhar todo especial na área da saúde com a odontologia, ou seja, com dentistas nesses pontos. Estamos junto e contem comigo aí. Bom revê-la. Obrigado e um abraço.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): É uma satisfação, Presidente, estar aqui, neste dia; Sra. Janaína Cortes Gomes, dentista do SUS, é uma satisfação te rever e trago um abraço a todos do sindicato pela brilhante defesa que fazem das carreiras, do serviço em defesa da saúde da população. Isso é fantástico, eu tiro o chapéu porque conheço o teu trabalho, não só como dentista, mas como militante da saúde de qualidade. Então, eu só posso aqui desejar vida longa e que essas ações sejam cada vez mais fortalecidas. E digo que vim para a Câmara há quase três anos e, muito inspirado em vê-los fazendo esse trabalho esplendoroso na Prefeitura, consegui implementar mais de dez cadeiras de dentista em lugares que não havia cadeiras na cidade, e isso gera emprego, e, mais do que

isso, gera direito à saúde bucal. Então, continuamos nessa toada para desenvolver a saúde da população. Contem sempre conosco. Um grande abraço. Saúde sempre, e energia!

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, Janaína. Sempre é importante dar visibilidade para essa questão que a gente se despreocupa, vamos dizer assim, e é muito séria; se você tem uma infecção, vamos dizer assim, tu não ligas, aquilo vai se proliferando e gera algo maligno. É sempre importante, não é a primeira vez que vocês vêm até a nossa Casa, à Comissão de Saúde e Meio Ambiente e assim é divulgado, é dada visibilidade a quem acessa o *site* da Câmara, a quem assiste as redes sociais. Seja bem-vinda aqui, e muito producente a tua palestra.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Presidente. Eu quero, primeiramente, parabenizar e agradecer o sindicato por trazer essa pauta tão importante e que, muitas vezes, é negligenciada. E, quando se fala em saúde bucal, geralmente a gente pensa na estética – o que não é o caso; na grande maioria das vezes, essa saúde bucal, se não feita de forma correta, pode trazer vários problemas de saúde, infecções, enfim. Eu inclusive propus que trouxéssemos esta pauta para a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da qual nós tratamos. Nós convidamos o secretário da saúde, Fernando Ritter, justamente porque é a área dele, para debater o assunto. Então, com isso, eu quero dizer que sou uma apoiadora de toda e qualquer iniciativa que trate da saúde bucal, especialmente em relação à prevenção do câncer de boca. Conte comigo. Parabéns.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, saúdo V. Exa. e saúdo também aqui a vinda da Janaína Cortes Gomes, que está representando o Sindicato dos Odontologistas; e também toda a equipe que está acompanhando Vossa Senhoria. Pois então, a Atenção Básica tem 60% de cobertura de atendimento odontológico; nós queremos 100%, porque tem aí 40% da população que não está acessando o serviço de odontologia, é preciso que o governo municipal tenha uma política de ampliação. Como a Atenção Básica, em termos de atendimento, segundo o governo, atende 86%, deveria estar atendendo, no mínimo, 86%. É mais oportunidade para os odontólogos, mas é muito mais humano um atendimento à população que, muitas vezes, pode estar incorrendo aqui no câncer bucal, o câncer de boca. E eu estava observando os dados que V. Sa. traz aqui, Janaína, o câncer bucal é a quarta doença em diagnóstico de

câncer, é um dos que têm maior incidência. Se o câncer de mama é o primeiro, o câncer de boca está em quarto lugar, quer dizer há muitas pessoas com necessidade de um tratamento em tempo para poderem se recuperar. Então, nesse sentido, nós fazemos aqui um apelo para que no mês de maio – Maio Vermelho –, agora só o ano que vem, mas, para nós, tem que ser todo mês. O Maio Vermelho é o mês em que tu colocas muito mais possibilidades de um diagnóstico mais acompanhado, de um exame mais urgente. Às vezes, tu és atendido lá num posto de saúde e ficas esperando dois anos por uma ressonância, por um raio X que possa te dar um resultado mais adequado. Então, um tema muito pertinente, Janaína, podes ter certeza de que terás o nosso apoio e também de toda a Comissão de Saúde. Boa sorte, boa luta; estamos juntos nessa caminhada. Bem-vinda.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, quero também fazer uma saudação à Janaína; quero, em nome da nossa bancada, em meu nome e do Ver. João Bosco Vaz, trazer a nossa saudação. Saúde bucal é algo muito importante, muito relevante, em especial, como foi mencionado ali pela senhora na tribuna a questão do tabagismo e do alcoolismo, que podem prejudicar. A gente agradece aqui todo o esforço, e também o mês de conscientização é algo que, estando no Calendário Oficial do Município, nos ajuda também a priorizar as políticas públicas de incentivo à prevenção à saúde bucal. Conte conosco.

E também a nossa criançada ali do Instituto São Benedito, bem-vindos! Boa tarde! Olha aí que alegria! Então fica aí a nossa saudação, os nossos cumprimentos, contem conosco. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Hamilton, cumprimento aqui a Sra. Janaína – obrigado por estar conosco. Estou à frente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, onde a gente tem debatido essas questões da saúde bucal, e a gente sabe a importância. Tem muitas pessoas que não têm esse cuidado e não sabem que, se não tiverem esse cuidado com a saúde bucal, isso poderá acarretar outros problemas de saúde. Eu tenho visitado os postos de saúde, e nós ficamos contentes quando vemos lá uma cadeira de dentista – às vezes, o posto de saúde tem duas cadeiras de dentista –, e temos trabalhado nessa linha para que todos os postos venham a ter, para que toda a população de Porto Alegre venha a ser bem atendida.

Parabéns pelo trabalho do sindicato. Saúde e vida longa! Deus abençoe.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton; Dra. Janaína Gomes, grande prazer em te reencontrar. Presidente, a Janaína é uma batalhadora, além de presidente do Sindicato dos Odontologistas do Estado. A Janaína foi uma das principais lideranças da luta pela preservação do IMESF, durante a gestão do governo Marchezan, e segue nessa luta para que nós possamos retomar o IMESF. A Janaína acompanhou no detalhe essa luta essa luta, segue acompanhando, então nada mais apropriado do que uma doutora, como a Janaína, para tratar do tema dos odontologistas na situação da saúde aqui do Município de Porto Alegre. Então eu quero só dar os meus parabéns, dizer que eu estou à disposição, felizmente a nossa relação é uma relação de muita parceria, de muita fraternidade, eu sei que a Janaína sabe que encontra no PSOL um partido disposto a trabalhar pela saúde pública, pelo restabelecimento do IMESF e pelo apoio ao sindicato que tu coordenas. Parabéns pelo teu trabalho, conte conosco. Um abraço. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Sra. Janaína Cortes Gomes está com a palavra para as suas considerações finais.

SRA. JANAÍNA CORTES GOMES: Obrigada, quero agradecer, Presidente, pelo espaço, agradeço a todas as pessoas, colegas também que estão aqui presentes, muito obrigada pela participação. Obrigada por todas as palavras dos vereadores, muito me emociona. Estivemos aqui também pelas lutas de causa da saúde pública, da saúde bucal, da manutenção do IMESF, muito obrigada e boa tarde a todos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Agradecemos a presença da Sra. Janaína Cortes Gomes, representante do Sindicato dos Odontologistas no Estado do Rio Grande do Sul, que veio tratar do sistema de contratação de cirurgiões-dentistas para empregos e cargos da rede de saúde de Porto Alegre. Suspendem-se os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h49min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h52min) Estão reabertos os trabalhos. Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período é destinado à homenagem à Associação Gaúcha de Consultoras em Aleitamento (Agacam), em comemoração ao Agosto Dourado – mês que simboliza a luta pelo incentivo à amamentação, nos termos do Requerimento nº 166/23, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sra. Renata Muliterno Adamy, presidente da Agacam.

A Ver.^a Biga Pereira, representando a Mesa Diretora, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, nossa convidada Renata Adamy, que bom que a gente conseguiu fazê-la entrar aqui neste ambiente, porque a Câmara está sofrendo alguns percalços nos últimos dias, mas nós aqui estamos comemorando, além do Agosto Lilás, o Agosto Dourado. O Agosto Dourado é o mês da conscientização da importância do incentivo ao aleitamento materno. É importante, Presidente, nós discutirmos isso aqui nesta Casa Legislativa, e eu acredito que todos e todas saibam dos benefícios à saúde do bebê e à saúde das mães, através desse alimento que é padrão ouro, que é o leite materno. Vocês sabem que Porto Alegre é uma das piores capitais do País no que tange à manutenção dessa alimentação: apenas 38% dos bebês nascidos nesta capital chegam aos seis meses de amamentação, o que a orientação da OMS preconiza. Os motivos que levam a essa realidade são diversos, mas o principal é a volta precoce da licença-maternidade, das mães ao trabalho. Nós temos, por lei, 120 dias, e isso não dá os seis meses de amamentação, como a Organização Mundial da Saúde orienta, e inclusive ela indica que o adequado é levarmos essa amamentação para até dois anos de idade, e, se possível, ir além. Nós sabemos que a criança que é amamentada é uma criança a menos lá no posto de saúde, é uma mãe a menos no posto de saúde, porque o aleitamento materno é o antibiótico mais natural que nós temos para várias doenças. Isso é muito importante para a saúde dos bebês e para a saúde das mães, por isso precisamos garantir ações para um trabalho decente. Este ano, o tema escolhido para o Agosto Dourado é: “Apoie a amamentação: faça a diferença para mães e pais que trabalham”. Precisamos, portanto, aumentar as taxas de aleitamento e, também, da doação do leite materno. Os bancos de leite ainda são muito escassos, por isso, nós apresentamos, Renata, um projeto de lei, aqui nesta Casa, que dispõe sobre a isenção de taxas de inscrição nos concursos públicos, nos processos seletivos das candidatas lactantes, no âmbito do Município de Porto Alegre. Essa é apenas uma pequena forma de incentivarmos essa prática, mas eu sei que o próprio Ministério da Saúde também está preocupado e atento à necessidade de tornar a amamentação uma realidade para todas as mães e bebês, através das salas de apoio à amamentação nas Unidades Básicas de Saúde, dentro dos territórios. Contar com a busca ativa das agentes comunitárias de saúde é garantir à lactante o atendimento sem precisar se deslocar. Essa é uma iniciativa relativamente simples, digamos, mas que fará toda a diferença, principalmente para as mães que trabalham em situação de vulnerabilidade e que não têm a licença-maternidade que é garantida para as mães autônomas que trabalham na informalidade.

Quero aqui registrar, portanto, a importância do trabalho desta associação de mulheres, Associação Gaúcha de Consultoras em Aleitamento Materno, que foi fundada

em plena pandemia, através desse grupo de profissionais lideradas pela nossa amiga Cris Machado...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):... através desse grupo de profissionais lideradas pela nossa amiga Cris Machado, que era a presidente; agora, presidida pela Renata, que é a atual presidente. Eu quero saudar e parabenizar por esse trabalho que a Agacam faz, e não apenas sob o ponto de vista corporativo, é, sobretudo, um trabalho social abordar a amamentação como uma questão de saúde pública. Vida longa à Agacam e a todas as suas associadas. Parabéns, Renata; e que todos nossos vereadores e vereadoras se aproximem dessa pauta tão importante na vida dos nossos bebês, das nossas mães lactantes. Muito obrigada.

Vereador Claudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Sr. Presidente, eu queria dar um depoimento aqui sobre a importância da amamentação: a minha filha mamou até os cinco anos, em função de ser alérgica. Então ela não tinha nenhuma alimentação; minha filha tem alergia à proteína do leite, à proteína da soja, eu costumo dizer que ela comia pedra, mas não podia comer mais nada, e a opção que a médica nos deu foi amamentar; então a minha esposa ficou até o ano passado amamentando. A minha esposa era o filtro das alimentações que a minha filha podia ter, então a importância disso, porque, se não fosse a questão da amamentação, provavelmente, a minha filha não estaria aqui hoje.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Janta, pelo belo depoimento que nos traz aqui da sua vida particular, isso ajuda e incentiva outras mães – não é, Renata?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Sra. Renata Adamy, presidente da Agacam, está com a palavra.

SRA. RENATA MULITERNO ADAMY: Eu gostaria, primeiramente, de saudar a todas e a todos os presentes, em especial ao Exmo. Sr. Hamilton Sossmeier, Presidente desta casa; e, dessa forma, cumprimento os demais vereadores e vereadoras. Agradeço, em nome de todas as associadas, esta importante homenagem que reconhece o trabalho da nossa associação, que tem como objetivo, além de assegurar que suas profissionais sejam qualificadas para prestar esse serviço à sociedade, levar o assunto da amamentação, do aleitamento para além do dia a dia de mãe e bebê, especialmente em agosto, mês da promoção, proteção e apoio ao aleitamento. Esse objetivo de debater, promover e apoiar o aleitamento, que parece óbvio, parece um debate ultrapassado, afinal de contas, os benefícios do aleitamento materno, do leite humano, são muito bem conhecidos e estudados, mas ainda se faz necessário falar sobre isso; e por quê? Em primeiro lugar, segundo a série de artigos científicos da revista científica The Lancet, de fevereiro deste ano, menos da metade dos bebês e crianças pequenas do mundo são

amamentados conforme recomendado, apesar das evidências da importância do aleitamento materno e do conhecimento sobre como o aleitamento pode ser protegido, promovido e apoiado efetivamente. Em segundo lugar, há uma inadequação dos governos e sistemas econômicos em reconhecer o valor da amamentação e do trabalho de cuidado – e aqui a gente está falando de economia de cuidados, que predominantemente é realizado por mulheres –, a falta de investimentos na proteção da maternidade, esses são fatores que sustentam o crescimento dos mercados comerciais de fórmulas lácteas. A meio bilhão de mulheres em todo o mundo é negada a proteção adequada à maternidade, a maioria das quais em empregos mal pagos, precários e informais. Em terceiro lugar, a superação das barreiras estruturais ao aleitamento materno requer reformas determinadas e amplas. Primeiro, no setor da saúde, com nascimentos adequados, maternidades amigas da infância, formação e atualização dos profissionais da saúde em amamentação e redução e eliminação da violência obstétrica. Além disso, reformas que incluem ações voltadas à mobilização social e política para proteger e defender os direitos de mulheres e crianças, e para eliminar preconceitos de gênero profundamente enraizados na economia. É necessário reconhecer a amamentação como uma forma economicamente valiosa de produção global de alimentos, e esse reconhecimento pode ajudar a aumentar a importância da proteção da amamentação. É um assunto profundo que obviamente não cabe neste momento, mas é importante que esses aspectos sejam citados. Gostaria de enaltecer o trabalho da direção anterior da associação, responsável pela ideia, fundação e viabilização da nossa associação, nomeando Cristina Machado, Jeane Cansi, Aline Cozer, Cintia Maia, Adriane Besckow, Bianca Casarotto e Ana Terrazzan. E novamente agradecer a Ver.^a Biga Pereira pela homenagem e espaço para podermos dar voz a este importante assunto, muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Renata Adamy. Queremos agradecer a vossa presença.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Presidente, queria só fazer um registro, cumprimentando a Renata Adamy, a nossa presidente da Associação Gaúcha de Consultoras em Aleitamento – Agacam, em especial a Ver.^a Biga, porque a Lei do Agosto Dourado é uma lei de 2010, de minha autoria e do Ver. e Dr. Thiago, médico, que era vereador conosco, hoje é deputado. E nós gravamos no Calendário Oficial do Município o mês do Agosto Dourado do aleitamento materno e, casualmente, o nosso Club Rotary Porto Alegre Norte, todas as quartas-feiras, a gente faz ali um apoio, deslocando e buscando, para as mães que não conseguem amamentar. Inclusive, estive visitando o Banco de Leite do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, que estão num trabalho de ampliação do banco do leite – destinei R\$ 416 mil para o hospital, em especial ali também por causa do Teste do Pezinho e outras ações. Então, apenas dizer que a nossa valorosa bancada do PDT, eu e o Ver. João Bosco Vaz, quer subscrever com a Ver.^a Biga essa justa homenagem e registro que se faz aqui, por ocasião desta conscientização que é tão importante. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. Agradecemos à Ver.^a Biga Pereira por trazer à Mesa Diretora este tema.

Vereador Jonas Reis (PT): Obrigado, Presidente. Parabéns à Ver.^a Biga por esta importante proposição, a Sra. Renata também. Fundamental o papel da Associação Gaúcha de Consultoras em Aleitamento, e a gente faz um destaque aqui, lembrando como é importante a doação de leite materno. Algumas mães não conseguem produzir, e inclusive às crianças prematuras é fundamental para que elas possam se desenvolver, criar os anticorpos e já é sabido por inúmeras pesquisas como se evitam várias doenças, através desse contato, dessa alimentação com esse rico alimento que a natureza criou, gestou. Então, é fundamental que a gente cada vez mais fortaleça instituições como a que tu representas hoje e a bandeira, para que a gente realmente possa ter mais solidariedade. Isso é fundamental. Então, contem conosco. Um grande abraço da bancada do PT, Ver. Comassetto e Ver. Oliboni, que eu represento neste momento. Um abraço, Ver.^a Biga.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Lembrando que era um momento de aparte. Nós só abrimos exceção para fazermos os registros. Não tem aparte. Já foi passado o tempo – mais o Ver. Giovani Culau e o Ver. Prof. Alex e encerramos os registros. Obrigado.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Muito obrigado, Presidente, muito brevemente gostaria de te cumprimentar, Biga. Essa homenagem que se faz hoje demonstra a importância de as mulheres ocuparem a política. Precisou termos o mandato das mulheres de Porto Alegre para que essa homenagem fosse realizada. Então quero cumprimentá-la e cumprimentar a Renata, a Agacam. Sem dúvida alguma fazer esse debate na Câmara de Vereadores é valorizar a importância do aleitamento, que é um alimento muito importante para a saúde e para o desenvolvimento das crianças. Isso diz respeito a essa etapa da vida, mas também ao futuro das nossas crianças. Então valorizo enormemente a tua presença, Renata, ao trabalho desenvolvido pela associação e a contribuição dada pela Ver.^a Abigail neste momento aqui na Câmara. Muito obrigado.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Obrigado, Ver. Hamilton, pela possibilidade de nos manifestarmos, eu queria só deixar o meu registro de parabenização à Ver.^a Biga por trazer esse importante tema para debate aqui e discussão na Casa Legislativa de Porto Alegre, e à Renata, que é uma militante da causa, parabéns pelo envolvimento. E não basta que nós tenhamos estrutura para receber doações de leite, é necessário que também estimulemos essa prática. Nós temos, em tramitação, aqui na Câmara de Vereadores, um projeto de minha autoria e da Ver.^a Karen Santos que concede para as servidoras do Município licença como se fosse doação de sangue, porque nós consideramos que o leite também é forma de doar vidas. Esperamos poder colocar em votação o mais breve possível para ampliarmos os estoques acessíveis às crianças,

principalmente em questão de prematuridade. Eu relembro aqui que, na legislatura passada, o Ver. Pablo Mendes Ribeiro fez um relato muito emocionante, porque nasceu prematuramente, se não me engano de cinco ou seis meses, e, se não fossem justamente as doações de leite materno, talvez não teria sobrevivido e ocupado um espaço aqui, representando a população de Porto Alegre. Parabéns, mais uma vez, e muito obrigado por trazer um tema tão relevante para discussão aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabenizamos, mais uma vez, a presença da Sra. Renata Adamy, presidente da Agacam e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas. Convido a proponente Ver.^a Biga Pereira para entregar o diploma em homenagem à Associação Gaúcha de Consultoras de Aleitamento – Agacam.

(Procede-se à entrega do diploma.) (Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h11min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h13min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Dando continuidade às Comunicações, este período é destinado a assinalar o transcurso do 111º aniversário do Instituto São Benedito, bem como a outorga da Comenda Porto do Sol, referente aos trabalhos prestados ao Município, processo SEI nº 024.00192/2023-35, de autoria do Ver. Claudio Janta.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Maria Luiza Martinelli, diretora do Instituto São Benedito, Rede ICM, Imaculado Coração de Maria; a Sra. Viviane Elgues Dias, vice-diretora do Instituto, e a Sra. Simone Maria Romanenco, assistente social da mantenedora do Instituto.

O Ver. Claudio Janta, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores desta Casa, hoje nós temos a honra do nosso mandato de entregar um dos prêmios mais importantes desta Casa, que é a comenda Porto do Sol. Nós escolhemos, para entregar essa comenda, o Instituto São Benedito, um instituto que surgiu na nossa cidade em 2012 e que se estabeleceu lá no Belém Velho em 1977, um instituto que vem da Austrália, um instituto que é gerenciado, administrado pelas irmãs do Imaculado Coração de Maria. O instituto chegou na nossa vida pelo trabalho social que faz, pelo acolhimento que dá às crianças que por bom tempo não tiveram uma escola em tempo integral em Porto Alegre, o instituto já faz esse papel, dando o que nós defendemos, quando propusemos e

aprovamos a lei nesta Casa, da escola em tempo integral, tirar as crianças da vulnerabilidade social, tirar essas crianças da porta do tráfico, trazer essas crianças para que tenham uma condição digna de vida. E nada liberta mais, nada transforma a vida de uma pessoa do que o estudo e o conhecimento. Então nós vimos, por justo, homenagear com essa comenda esse instituto, que vem ajudando a criar pessoas, cidadãos, pessoas de bem. Nesse período grande de existência, nós queremos agradecer à diretora do Instituto, a irmã Maria Martinelli, a vice-diretora Viviane Dias, e temos o prazer de ter aqui a mantenedora, representando nacionalmente o Instituto, a Simone Maria Romanenco, que vem representando o instituto, que veio da Austrália se instalar aqui em Porto Alegre, esse instituto que vem prestando vários serviços à comunidade do Belém, esse instituto que vem se somando a todas atividades sociais e culturais, à festinha de São João, à castração de animais e por aí vai. Então, o instituto está integrado à comunidade do Belém; nós achamos que nada mais justo do que prestar essa grande honraria, Sr. Presidente, a esse instituto, a essas pessoas que trabalham para melhorar a vida das crianças da nossa cidade. Vida longa ao instituto! No que depender de nós, vamos estar sempre junto com o instituto, ajudando essas crianças.

Vereador Engº Comassetto (PT): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Claudio Janta, por essa justa e valorosa homenagem. Eu quero aqui cumprimentar o Instituto São Benedito, cumprimentar toda a juventude que está aqui e dizer que tenho boas lembranças históricas dali, Ver. Claudio Janta, ainda com a irmã Maria, com a irmã Zolema – que já faleceu. Nós fundamos, lá em 1992, a Festa da Uva e Ameixa, junto ali, organizamos. Depois, por várias vezes, foi escolhida ali a rainha da Festa da Uva e Ameixa, com as meninas da própria comunidade, com a Heloísa Vinolo, ali da Ascobev junto, então tenho boas lembranças do Instituto São Benedito e do valoroso trabalho que faz ali, porque, ali no entorno, acolhe aquelas crianças, desde o Recanto dos Gaudérios, lá da Mariante, do Rincão, daquelas comunidades irregulares. Um grande abraço e vida longa ao Instituto São Benedito! Meus parabéns, Ver. Claudio Janta.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Saúdo o nosso Presidente, saúdo o vereador proponente desta homenagem, saúdo aqui a iniciativa do vereador em outorga da Comenda Porto do Sol ao Instituto São Benedito. E, na pessoa da irmã Maria Luiza Martinelli, como também da vice-diretora Viviane Dias e da senhora Simone Maria Romanenco, saúdo a todos. Sejam bem-vindas aqui. Nós temos a certeza absoluta de que o poder público teria uma enorme dificuldade se não tivesse essas entidades filantrópicas que pudessem acolher as crianças, muitas delas, Ver. Janta, em situação de extrema vulnerabilidade social. E sabemos o quanto é importante, não só a congregação de vocês, como também as demais da nossa querida cidade. Vida longa, e muito, muito pelas crianças. E quem sabe essa juventude, amanhã ou depois, cujas fotos estamos registrando aqui na Câmara, são o futuro da nossa cidade, do nosso País. Parabéns, sejam bem-vindos.

Vereador Jonas Reis (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) . (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O Instituto São Benedito faz parte da rede ICM, uma rede fantástica, que faz muita presença na vida da sociedade e na produção de outras juventudes; isso é muito importante, é salutar. Então, deixo registrado aqui o meu abraço, é uma satisfação tê-las aqui.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ver. Janta, parabéns pela homenagem merecidíssima; quero dizer que estamos aqui às ordens para cumprimentar o nosso Instituto São Benedito. E eu quero também aproveitar para cumprimentá-las pela quantidade de pessoas jovens, meninos e meninas, que estão conosco hoje à tarde aqui. Nossos aplausos para vocês. (Palmas.) Merecidíssimo. Quero dizer que estamos juntos, cumprimentando, um abraço, às ordens aqui na Câmara; é uma bela oportunidade que nós temos para fazer esta homenagem. Muito obrigado e um abraço a todos.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero cumprimentar o Ver. Janta pela outorga da Comenda Porto do Sol ao Instituto São Benedito. Quero cumprimentá-las pelos trabalhos desenvolvidos em prol daqueles que precisam. Nós estamos aqui à disposição; eu falo em nome da minha bancada do MDB, dos vereadores Idenir Cecchim, nosso líder; e Pablo Melo. Obrigada.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Sossmeier, meu colega Ver. Janta, quero cumprimentá-lo pela oferta dessa Comenda Porto do Sol, que é uma outorga extremamente importante que a Câmara, por vezes, entrega para instituições como a de vocês. Eu queria cumprimentá-las aqui, nossa diretora irmã Maria Luiza, a vice-diretora Viviane, e a Simone, assistente social da mantenedora do Instituto São Benedito. O trabalho que vocês fazem nos honra e faz com que o Ver. Janta ofereça essa Comenda Porto do Sol.

Eu vim aqui para me solidarizar, cumprimentá-lo, vereador, e me solidarizar ao trabalho de vocês, colocar o nosso mandato à disposição. É lindo de ver. E não são vocês que nos aplaudem; somos nós que aplaudimos vocês por estarem aqui conosco. Eu dava uma entrevista há pouco, dizendo que a Câmara Municipal, nesta gestão, Ver. Sossmeier, procura se aproximar cada vez mais da nossa sociedade, trazendo a comunidade para dentro da Câmara, como aqui hoje, homenageando, trazendo como Tribuna Popular, para nos aproximar cada vez mais, este espaço Legislativo, esta Casa Legislativa da nossa sociedade. Vida longa ao instituto e parabéns pelo trabalho!

Vereadora Comandante Nádia (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada, Ver. Janta; quero te parabenizar por esse troféu que está hoje sendo entregue aqui, essa Comenda Porto do Sol, tão importante. Sei que é importante também a gente falar para os nossos convidados, homenageados, que essa é uma comenda apenas que o vereador pode entregar durante os quatro anos de mandato. Então, mais ainda importante fica esse carinho que ele tem com vocês da São Benedito. Importante a gente falar para a gurizada que fazer o bem, estudar, estar ali sempre ativos também importante. Então parabéns, Claudio Janta, por essa escolha, com certeza muito apropriada. Presidente Hamilton, colegas vereadores, aqui a querida diretora irmã Maria Luiza, vice-diretora Viviane, a Simone, assistente social, com certeza fazer o bem faz bem a todos nós. Continuem nessa trajetória de sempre estar fortalecendo aqueles que mais precisam. Investir na juventude, na nossa criança, nos jovens é a certeza de que nós teremos sempre um presente fortalecido, um futuro melhor ainda. Parabéns ao trabalho que vocês realizam. Trago aqui um abraço do meu gabinete, Comandante Nádia, também me colocando à disposição para que juntos nós possamos fazer com que Porto Alegre seja muito mais inclusiva, seja muito mais educadora e tenha realmente mais cidadãos comprometidos com o dia a dia da nossa querida cidade e do Rio Grande do Sul. Parabéns a vocês, vida longa.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Hamilton, também quero aqui trazer um abraço ao nosso proponente Claudio Janta, em especial aqui as nossas crianças que eu já saudei, agora vou saudar de novo: pessoal, boa tarde! (Palmas.) Grande presença. Em especial as nossas representantes aqui, a nossa diretora Maria Luiza, cumprimentando também aqui a vice-diretora Viviane e a Simone, assistente social do Instituto São Benedito. Parabéns, Ver. Claudio Janta, que este título, a Comenda Porto do Sol, quando fala a Câmara, fala a cidade, e foi aprovado por unanimidade nesta Casa, por iniciativa do Ver. Claudio Janta. Então eu quero aqui, em nome do na bancada do PDT, do meu partido, em meu nome e do Ver. João Bosco Vaz, trazer um abraço fraterno e agradecer ao Claudio Janta pela iniciativa – pudermos ter aqui uma entidade reconhecida com o trabalho, em especial na área da assistência social. Um grande abraço e vida longa. Obrigado.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, eu queria agradecer a todas as bancadas, todos os vereadores que se manifestaram aqui e reafirmar a importância do Instituto não somente para a Lomba do Pinheiro, mas para a cidade de Porto Alegre. Esse título é merecido pelo trabalho que as senhoras fazem, pela recuperação e esperança que vocês dão ao futuro da nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convido o Ver. Claudio Janta a fazer a entrega da Comenda e também do diploma à Sra. Maria Luiza Martinelli.

(Procede se à entrega da Comenda e do diploma.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Sra. Maria Luiza Martinelli está com a palavra.

SRA. MARIA LUIZA MARTINELLI: O posso dizer nesse momento é que a emoção é muito grande, principalmente em saber que, em quatro anos, é dado só uma oportunidade. Muito obrigada ao Ver. Claudio Janta, por reconhecer o nosso trabalho, por fazer parte também da nossa trajetória, com esse apoio todo à criança portadora de autismo; é uma parceria, um trabalho que foi criado em Porto Alegre, e a gente espera contar também com essa parceria. Essa é uma realidade que vem crescendo diariamente nas nossas instituições; como já foi dito, somos uma unidade sócio/assistencial em Porto Alegre, pertencemos à Rede ICM de Educação e Assistência Social, das irmãs do Imaculado Coração de Maria, atuamos na educação e na assistência social em Porto Alegre, temos duas escolas: o Colégio Nossa Senhora da Glória e o colégio Mãe de Deus, e duas unidades sócio/assistenciais: o Instituto São Benedito, em Belém Velho, uma instituição itinerante, porque nasce aqui no centro de Porto Alegre e vai para Belém Velho só em 48, atendendo às necessidades, conforme a época; também temos o Instituto São Benedito. Gostaria que a Simone também viesse aqui com a gente, para dar umas palavrinhas, ela que representa a mantenedora. O nosso trabalho sempre foi feito em equipe, nunca foi um trabalho de uma pessoa só, desde a nossa fundação. A nossa fundadora inicia, como foi dito, fora do Brasil, a congregação, com 21 jovens, não foi sozinha; inicia exatamente vendo a realidade degradante das moças que vinham do interior e acabavam caindo na prostituição, ela acolhe, ela inicia já com esse intuito social. Então, nosso trabalho, como disse, é em equipe.

SRA. SIMONE MARIA PEDOTT ROMANENCO: Boa tarde a todas, todos e todes; sou assistente social da mantenedora da Rede ICM do Imaculado Coração de Maria, quero agradecer ao Ver. Janta e a todos os vereadores que estão aqui presentes por essa homenagem tão maravilhosa, tão incrível, porque a gente sabe, neste mundo, que todos, principalmente vocês aqui nesta Casa, que são os políticos eleitos numa representatividade pelo povo gaúcho, pelo povo porto-alegrense, que sempre trazem a criança e o adolescente como prioridade, e a nossa Constituição traz a criança e o adolescente como prioridade absoluta; nós, com essa missão tão importante e potente, podendo pensar em projetos de vidas para mudar a nossa sociedade. Normalmente a gente acompanha os planos de governos de vocês e sempre a criança e o adolescente estão ali como destaque na composição das políticas sociais públicas. Há 174 anos, a Congregação fundou esse sonho de proteger e prevenir as situações de violações direitos da criança e do adolescente pensando numa construção social, numa construção de uma sociedade mais humana, mais justa e mais igualitária. Estamos aqui hoje muito gratos e felizes recebendo esta homenagem e dizendo para vocês que o nosso trabalho é um trabalho potente na prevenção das violações de direitos, nós trabalhamos para prevenir o trabalho

infantil, para prevenir a exploração e a violência sexual, para prevenir todas as violações dos direitos das crianças e dos adolescentes, para que eles possam sonhar num projeto de vida em que eles possam se desenvolver emocionalmente, profissionalmente e pessoalmente. O nosso trabalho é potente nesse sentido e a gente espera que aqui nesta Casa, a Casa do Povo porto-alegrense, vocês trabalhem olhando para a política pública de assistência social, ela é uma política invisível, normalmente os projetos, os planos de governo se focam mais nas políticas de saúde, nas políticas de segurança, nas políticas de educação e menos na política de proteção social.

Acho que é essa a fala que a gente gostaria de trazer, porque é a política pública de assistência social que faz, dentro do grande seguro social brasileiro, a proteção dessas crianças e adolescentes, junto com entidades como a nossa, que tem uma missão focada no futuro de um mundo melhor. Então a gente agradece, o nosso trabalho do Instituto São Benedito está há 111 anos aqui na cidade de Porto Alegre, a nossa instituição militou pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, junto com as irmãs e junto com a sociedade civil organizada. Muito obrigada por este prêmio, por esta comenda, muito justa também, por um trabalho de uma instituição tão potente como a nossa, de tantas outras redes também, como a nossa, que se somam ao poder público, que tem a primazia de fazer o trabalho social, para que a gente possa compor, então, aqui, realmente sonhos e melhorias de histórias de vida. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Simone. A Sra. Viviane Elgues Dias está com a palavra.

SRA. VIVIANE ELGUES DIAS: Boa tarde. Eu quero ouvir um boa-tarde bem lindo dessa galera do instituto aí! Boa tarde!

(Manifestações nas galerias.)

SRA. VIVIANE ELGUES DIAS: É isso aí, é com esse espírito que a gente vem em nome da família ISB, dizer nosso muito obrigada pelo reconhecimento sobre a honraria que recebemos hoje, através da Câmara Municipal de Porto Alegre, de todos os vereadores, e pelo Presidente. Para tal, faremos uso das palavras de Augusto Cury que diz: “Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais”. Nossa prioridade, comunidade socioassistencial, são as crianças, essas que vocês estão vendo ali; os adolescentes e suas famílias que estão, sim, em situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal. Eles são a nossa prioridade. Sonho sonhado, idealizado e realizado por nossa fundadora Bárbara Maix, desde 1848, em Viena, e concretizado, no Brasil, em 1849, e aqui, em Porto Alegre, em Belém Velho. Atender os mais vulneráveis não é para nós uma escolha e, sim, um mandamento. Nos dedicamos incansavelmente na busca de recursos e possibilidades para ofertarmos um atendimento de qualidade, pois a política social não pode ser uma política pobre para os pobres, mas, sim, uma política que ofereça o melhor para a promoção de

vida. Continuaremos diariamente nessa busca incessante de uma construção de equidade para a nossa sociedade. Nossa utopia é de que nossos atendidos consigam fazer a diferença em suas vidas e, conseqüentemente, na sociedade. Nosso abraço fraterno a todos aqui presentes, nosso muito obrigada. Eu quero ouvir um muito obrigada bem forte, aí do São Benedito!

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabenizamos, mais uma vez, o Instituto São Benedito e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Procede-se à entrega da Comenda.) (Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h38min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h42min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pela passagem do Sr. Leopoldo Alves Velnecker, um grande amigo da minha família; seus filhos e eu nos criamos juntos, iniciamos nossas atividades social e política juntos. O Sr. Leopoldo nos deixou esta noite de uma forma que todos nós esperamos: dormindo e tranquilo, indo ao encontro de seu descanso.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Querido Presidente, solicito um minuto de silêncio pela passagem da querida servidora aposentada da educação, professora Maria Assunção Oliveira Santos, que ajudou a construir a escola pública de Porto Alegre, a escola inclusiva, com a participação, com a construção do direito a uma educação de qualidade. Ela trabalhou muito, de forma exemplar, principalmente na década de 1990, na edificação de novas escolas municipais. Deixa muita saudade, mas deixa um legado de que vale a pena a educação pública e de que a energia que a gente coloca na educação das crianças e jovens repercute na formação de novas gerações conhecedoras deste dever de melhorar a vida na cidade. Professora Assunção, presente!

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, gostaria de me somar às duas falas anteriores e pedir um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Thiago Rodrigues, morador de São Leopoldo, que trabalhou por toda sua vida com projetos sociais também e, infelizmente, num desses projetos sociais cravou um prego no

pé e depois de seis meses, lutando pela vida, teve que fazer uma amputação e hoje veio a falecer.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Apregoo e defiro os requerimentos, de autoria dos vereadores Claudio Janta, Jonas Reis e Cláudia Araújo, solicitando um minuto de silêncio pelo falecimento de Leopoldo Alves Velnecker, Maria Assunção Oliveira Santos e Thiago Rodrigues.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Muito obrigado.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier, nosso grande presidente neste momento, colegas vereadores, vereadoras, público que nos assiste; quero agradecer aqui à Ver.^a Cláudia a gentileza de me ceder o seu período de Comunicações. Eu venho aqui falar sobre liberdade, liberdade de expressão, venho falar sobre liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, liberdade de divergências, mas venho falar também sobre legalidade, sobre processos legais, sobre estarmos sob a égide de uma normativa que não deixa que nós, vereadores, nós, porto-alegrenses, gaúchos, gaúchas, brasileiros, possamos estar indo contra o que prevê a legislação, seja uma lei, seja um preceito, seja uma ordem constitucional estadual, não interessa. E vejam os senhores que hoje pela manhã, aqui nesta Casa, que é local sagrado de se ter ideias, de se divergir e, mais do que isso, local sagrado onde as coisas acontecem para melhorar a vida das pessoas, tivemos, mais uma vez, na CPI nº 2 da educação, o cerceamento da liberdade de vereadores. Vejam, senhores, quando qualquer um de nós se aproxima do microfone de apartes, e o presidente, seja desta Câmara, seja de uma comissão permanente ou de uma comissão qualquer, não abre o microfone para ouvir a voz daqueles que nos elegeram legitimamente, alguma coisa está errada. Ou pior, quando um vereador faz um requerimento, imaginem os senhores vindo aqui no microfone de apartes fazer um requerimento e o presidente simplesmente não acatar, dizer “muito obrigado, *ok*, já escutei”, e esse requerimento não ter uma condução, a condução que todos nós queremos que tenha, que o requerimento seja ouvido, que ele seja discutido, e, mais do que isso, que ele seja votado pelo plenário, pelo colegiado. Ainda estamos regidos, graças a Deus, pelo art. 47 da Constituição Federal, que diz que as casas legislativas, sejam municipais, estaduais ou nacional estão regidas pelo colegiado, ou seja, a maioria absoluta é que escolhe. Hoje pela manhã o Ver. Robaina veio aqui a esta tribuna, na hora da CPI nº 2 da educação, dizer que nós, vereadores – e ele diz governistas, não sei por que –, não queremos que a investigação aconteça, da educação, que nós temos medo que ela aconteça. Eu vou dizer para os senhores que nos acompanham: eu não tenho medo de investigação. Eu, durante 28 anos na Brigada Militar, fiz inquéritos, fiz

investigações, mas onde todos são ouvidos e todas as formas são acolhidas de questionamento são acolhidas. Ver. Robaina, eu tenho medo é da falta de legalidade, eu tenho medo da falta de liberdade de expressão, eu tenho medo é do autoritarismo, da ditadura, em que vereadores eleitos – no meu caso, com 11.172 votos – legitimamente aqui nesta Câmara não possam ser ouvidos. Vejam bem, hoje o requerimento desta vereadora foi dispensado, o requerimento do Ver. Mauro Pinheiro foi colocado no lixo; e mais do que isso, o Regimento desta Câmara está sendo rasgado. Pior: ouvir da presidente da CPI nº 2 que a Câmara, o plenário, a Mesa Diretora, o Presidente e seus membros não mandam nada, que aqui eles só atrapalham e conduzem para onde querem as suas diligências. É uma vergonha. Hoje pela manhã, eu tentava dizer que, neste plenário, cada vereador – e qualquer outro plenário, seja de comissão permanente ou de CPI – só tem direito a um assessor. Está aqui escrito no art. 142, inciso III, e mais do que isso, tem uma resolução da Mesa. Aqui nós estamos vendo talvez alguns querendo imitar alguns ministros do STF que fazem a denúncia, que fazem o inquérito, que são promotores, são defensores, são juízes e, às vezes, são até vítimas. Nesta Câmara, senhores vereadores, aqueles que não acatarem a legislação, o que está escrito estão também sob a penalidade de, ali na frente, serem tomadas a sua fala, o seu requerimento e a sua autonomia enquanto vereadores. Não sejamos covardes, façamos da liberdade também a investigação, mas dentro de toda a legalidade. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, vereadores, vereadoras, público que assiste à TVCâmara; nós estamos lutando para que tenhamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue as denúncias de irregularidade e de corrupção na Secretaria de Educação. Estou dizendo que nós estamos lutando porque o governo, efetivamente, está fazendo todos os esforços para sabotar o funcionamento da CPI, para obstruir, para impedir que as investigações avancem. Essa é a política do governo, embora o prefeito Melo tenha dito que é do seu interesse a investigação, pois os fatos demonstram que o interesse do governo é ocultar o que ocorreu na Secretaria de Educação. Nós tivemos aqui, há alguns dias, uma revolta de alguns vereadores, dizendo, após uma intervenção da Presidente da CPI, Ver.^a Mari Pimentel: “Como pode a Mari Pimentel acusar vereadores de serem amigos desse tal de Jailson Ferreira?” E eu usei a tribuna para tranquilizar esses vereadores, dizendo que não eram apenas os vereadores que tinham relações com esse Jailson Ferreira, que tudo indica organizou um cartel e foi responsável – e nós vamos saber com quem que ele foi responsável – por desvio de milhões de reais da Secretaria de Educação, de desperdício de recursos públicos, de compras superfaturadas. Esse empresário – eu disse naquela ocasião – era conhecido do prefeito. E hoje a Ver.^a Mari Pimentel, numa entrevista coletiva para a imprensa, trouxe... Eu peço que o nosso diretor legislativo Luiz Afonso mostre a foto que foi adicionada na Comissão Parlamentar de Inquérito, que está

funcionando apesar da sabotagem do governo: está aí o empresário Jailson Ferreira, o responsável depois da Inca, junto com o prefeito, junto com o secretário Cássio, junto com o procurador do Município, numa reunião. E nos chamou atenção, líder do governo, Cecchim, que pelos informes que nós temos, estava ali também o Melo Filho na condição de vereador, logicamente, não de filho, junto com o vereador cassado, atualmente cassado, Bobadra. Na agenda, o que nos consta é que era uma agenda pedida pelo Ver. Melo Filho e pelo Ver. Bobadra junto com o procurador, junto com esse empresário que está no centro das acusações, numa reunião com o prefeito Melo e com a secretária de educação, que, pelo que me consta, não aceitou a compra. Não aceitou, Ver.^a Karen! Essa secretária não aceitou! Eu não sei se ela não foi demitida por isso. Porque ela foi demitida e logo depois entrou a secretária Sônia, que fez uma reunião com esse mesmo empresário, e, depois fazer uma reunião com esse mesmo empresário, uma semana depois, estava feita a contratação dos materiais no valor de R\$ 43 milhões. Então, o que eu quero? Eu quero que o governo simplesmente explique. Nada mais. Porque é disso que se trata. Trata-se de apresentarmos os fatos, termos os testemunhos e o governo explicar. Explicar a razão dessa reunião, explicar por que foram feitos esses contratos, explicar esse valor de R\$ 43 milhões, explicar o superfaturamento, explicar o cartel. É disso que se trata. Então, nós fazemos um desafio, Ver.^a Mônica: vamos fazer funcionar, se for o caso, as duas comissões parlamentares de inquérito. Porque até agora o governo está obstruindo com a desculpa esfarrapada de que a Ver.^a Mari Pimentel me escolheu como relator, quando é evidente que o Regimento prevê isso. E, Presidente Hamilton, eu entrei com mandado de segurança contra a decisão da Mesa. Eu acho que nós precisamos ter uma conversa, uma conversa republicana, em que o Presidente da Câmara não se envolva no funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Não cabe à Mesa Diretora tomar decisões acerca do funcionamento da CPI, quando a CPI está funcionando dentro do regulamento, no que diz respeito à indicação do relator. (Ruídos no som do plenário.) Até o som... Essa eu sei que foi falha técnica.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Está assegurado o seu tempo, Ver. Robaina. Mais um minuto.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Mas a decisão da Mesa, Presidente Hamilton, não foi falha técnica. A presidência não tem que se intrometer, porque é direito da Presidente indicar o relator. Eu até estou suspeitando de que eles têm medo de que tenha um relator independente. Eu estou suspeitando, porque, Ver. Alex, o que nós temos visto nas segundas-feiras, aqui, pela manhã, é um escândalo, em termos de tentativas... Eu vi isso já na CPI do Marchezan. Quando teve a CPI do Marchezan, eu vi um circo que se armou da base do governo; ali estava o Mauro Pinheiro, como líder do governo; o Cecchim estava junto, defendendo o Marchezan, foi um circo de obstrução! A Ver.^a Lourdes era parte também. Depois, quando mudou a relação política desses vereadores com o prefeito Marchezan, mudou a CPI, mas eu não mudei meu comportamento na CPI, eu segui investigando o tempo inteiro. Alguns vereadores tinham

comportamento de obstrução num momento e, depois, passaram a fazer a CPI funcionar. Pois eu digo: Comissão Parlamentar de Inquérito, Ver. Mauro Pinheiro, é séria, não é para obstruir, é para trabalhar, é para investigar! A não ser aqueles que têm medo, a não ser aqueles que são cúmplices, esses obstruem, é assim que funciona! Então, nós temos que trabalhar! Se não há temor, se não há crime, o governo que deixe investigar. Por enquanto – por enquanto –, o que nós temos visto é desespero! É tentativa de intimidar a Presidente da CPI! É uma tentativa de obstrução, e conosco não funciona. Então, está aí a foto. (Mostra fotografia.) A foto é clara e a foto dá um sinal, um pequeno sinal de que o medo está atingindo essa base governista. Eu espero que não precisem ter medo, eu espero que tenham boas explicações para esse tipo de reunião. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver.^a Comandante Nádia.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, eu não tenho a sua procuração, mas é um absurdo isso que o vereador está falando de que a Mesa não tem cabimento de estar junto aqui de todos nós, por quê? A partir do momento em que se faz um recurso, a gente encaminha para a Mesa, e a Mesa está trabalhando dentro da legalidade. Encaminhou para a CCJ e, da CCJ, vai vir exatamente para o plenário, que é quem deve efetivamente decidir questões que estão obscuras. E mais do que isso, só quero dizer para o Ver. Robaina que a foto é pública, eu nunca vi nenhum tipo de crime ou corrupção que fosse público, que aparecesse para todos, principalmente em redes sociais. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. Ver.^a Lourdes Sprenger.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Sr. Presidente, como membro da Mesa Diretora, fomos citados pelo Ver. Robaina, quero dizer – e acho que também posso falar em seu nome – que a Mesa Diretora não está interferindo, ela está cumprindo o Regimento. No momento em que o documento chegou até a nossa mesa, nós votamos e fizemos encaminhamento para a Comissão de Constituição e Justiça e, depois, virá a plenário. Então, não tem Mesa Diretora que esteja interferindo. Se eu bato ou não, eu não estou acostumada, com CPIs – eu trabalhei 20 anos nessa área –, de ver esse desfile de pronunciamentos, de exposições. A CPI deve ser tratada no âmbito das averiguações, das oitivas, depoimentos, mas não essa exposição que me parece muito mais buscando votos do que qualquer outra situação.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Hamilton Sossmeier; obrigada meu companheiro de bancada, Ver. Giovani Culau e Coletivo, que me cede este espaço de liderança para falar em nome do nosso partido. Vir aqui usar esta tribuna, Ver. Giovani, para dizer aos colegas vereadores e vereadoras que, hoje pela manhã, nos reunimos pela quarta vez na Comissão Parlamentar de Inquérito da educação, mais uma reunião que está sendo marcada pela confusão, pela tentativa de obstrução, que tem sido um pouco a marca e tática da oposição à CPI. Sim, a CPI tem uma oposição, e que tem sido marcada, e eu quero aqui registrar, por atitudes misóginas, machistas, aos gritos quando se referem à Ver.^a Mari Pimentel, Presidente da CPI, e se referem aos gritos para com ela. Nós não deixaremos, de forma alguma, e eu quero dizer em alto e bom som àqueles que tiveram essa atitude, que eu estou prestes a denunciar nos órgãos competentes tal atitude. É inaceitável que um tema tão caro para nossa população, como é a educação... E nós, Ver. Giovani, que sistematicamente estamos nas escolas, que assistimos, que ouvimos as professoras, o corpo diretivo, que enxergamos a falta de profissionais para atender às crianças que necessitam, a falta de RH, a falta de vagas das creches, instalamos uma CPI, porque é o nosso papel investigar, é nosso papel, enquanto parlamentares, darmos conta desta tarefa. Aí, a vereadora que aqui me antecedeu vem subverter os fatos, tergiversar sobre o que vem acontecendo, que é, em todas as reuniões, tentar essa obstrução. Importante ressaltar que essa tática da base governista em tumultuar as sessões... A foto que aqui foi estampada, sim, ela é pública, hoje ela se tornou mais pública ainda em todas as nossas redes sociais. (Mostra fotografia.) Olha aí gente, a foto, por si só, nos diz muita coisa. Uma foto do prefeito Melo e a então secretária, reunidos com dois vereadores, e esta é a agenda: “reunião com os vereadores”; em nenhum momento diz que essa reunião era com Jailson, Jailson da Silva, o Jajá, sentadinho ali, Cecchim. A foto diz tudo! Está pronta a foto, a Ver.^a Mari nos trouxe; sim, ela é pública. A oitiva, gente, as escutas que nós vamos fazer na CPI, elas precisam esclarecer as nossas dúvidas. As dúvidas que nós, vereadoras e vereadores, temos em relação a esse processo, mais do que duvidoso, envolve a gestão Melo na Secretaria da Educação. Deixem-nos trabalhar, deixem-nos exercer o nosso direito, direito dos vereadores e das vereadoras em fiscalizar, investigar, exatamente isso. Nós precisamos saber – aqui eu gostaria de perguntar que tática é essa de ter uma oposição à CPI? Qual é o medo, de que tem medo? Esse medo, a gente começa a enxergar e ver que ele mesmo, é de nos dizer que R\$ 110 milhões, onde está a licitude dos contratos que a secretaria fez? Essa é a questão de fundo; é isso que nos move, vereadoras e vereadores, prefeito Melo; é isso que nos move quando vocês atacam a CPI, tentam impedir o seu funcionamento a todo instante; a todo instante tentam impedir, e agora qual é o mote? Que tem muito assessor aqui dentro.

Para concluir, Presidente, quero publicamente dizer que é tão séria essa questão de impedir que os nossos assessores aqui estejam, que hoje, ao homenagear uma instituição, na questão do aleitamento materno, tive a minha convidada constrangida na porta deste plenário, um absurdo que eu já levei ao seu conhecimento, exijo medidas; por isso estou fazendo aqui publicamente. Fui constrangida, junto com a minha convidada, ao acessar esse plenário, por conta de um clima aqui instalado. Isso é inadmissível, é

inadmissível! Vamos exercer o nosso papel com respeito, exercer o papel de vereador, de vereadora aqui. Muito obrigada, Presidente Sossmeier.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton, todos que nos acompanham; quero agradecer, em primeiro lugar, aos líderes da nossa bancada, vereadores Gilson Padeiro, Marcelo Conselheiro, pela coerência que ambos conduzem a nossa bancada, inclusive na tarefa de falar nesse momento, sobre uma CPI. Eu quero fazer alguns esclarecimentos – é muito preciso e necessário que a gente faça esses esclarecimentos. Em primeiro lugar eu fiz dois requerimentos a esta Casa, que infelizmente vazaram de forma equivocada, os dois protocolados quase que simultaneamente, o primeiro deles, fazendo um questionamento à Mesa Diretora, eu, como vereador, dono do meu mandato, como legislador da capital, perguntando à Mesa, que enviaria à Procuradoria, o seguinte: se não há limites na multiplicidade de comissões parlamentares de inquérito que gastam, sim, tempo e recursos públicos, o que impediria de haver uma terceira CPI? Eu estou aguardando a resposta. E a minha pergunta é simples, dependendo da resposta da Procuradoria: o que impede de eu criar uma terceira CPI? A minha esperança é que a Procuradoria se dê conta de quanto foi equivocado o seu parecer e talvez reveja o seu parecer. Eu explico publicamente: se os vereadores da oposição, junto com a Ver.^a Mari – PSOL, NOVO –, falam aqui no microfone que não há precedente para unir CPIs, também não há precedente para a existência de duas! Então, para se beneficiar, não importa o precedente, certo? Quais foram minhas manifestações sobre o que o Ver. Robaina disse: “Nós fizemos uma CPI contra o governo Marchezan!” Ver. Robaina, V. Exa., pelo menos sendo da oposição, permitiu que o seu relator fosse eleito, por que agora, para se beneficiar, a regra mudou? O senhor era presidente da CPI, o senhor elegeu o seu relator! Quero lembrar – e eu disse naquela época – que era uma CPI eleitoreira, para usar recurso e tempo públicos para fazer campanha eleitoral. É o que eu disse na época e é o que eu digo que está acontecendo de novo, e os agentes não são muito diferentes, talvez com exceção de um ou dois. Explico: tudo que foi trazido aqui por aquela CPI, que alvoroçou o jornal e nos ocupou todo o tempo legislativo, o Ministério Público fez o que, gente? Mandou arquivar! O Ministério Público mandou arquivar! O Ministério Público, que hoje já está acionado; a polícia, que já foi acionada; o Tribunal de Contas, que já foi acionado; e, vamos ser sinceros, eu não tenho nenhuma pretensão de achar que eu, como vereador, vou ser melhor investigador do que esses órgãos; não vou! Aí nós temos duas CPIs. Eu quero deixar claro para vocês o seguinte: a presidência da segunda CPI, que foi protocolada em segundo lugar, vem aqui e diz assim: “o Regimento é omissivo, não tem precedente”, mas quer ser tratada como comissão permanente da Casa. Eu ouvi isso hoje aqui. Comissões permanentes?! Então vamos ter duas COSMAMs, vamos ter duas comissões da saúde, vamos ter duas CCJs. E eu vi aqui, de manhã, outros absurdos acontecendo, que eu vou

registrar aqui para a Ver.^a Mari Pimentel: tu não podes ir ali presidir uma CPI, fingir que os vereadores estão aqui e dizer que eles votaram abstenção. Ver.^a Mari, a senhora não pode fazer isso. A senhora fez isso na sexta-feira. A senhora disse: “Ver. Idenir, abstenção; vereadora tal, abstenção.” Os vereadores nem estavam aqui! Isso é fraude! Fraude para atender à imprensa, para aparecer, fraude para conduzir uma CPI que, para mim, como a do Ver. Robaina, também era eleitoreira, e repito, os órgãos competentes mandaram arquivar tudo.

Então, o que eu preciso dizer aqui, para finalizar, é que o PSDB, tem muita coerência – e vejo o meu líder, eu tenho muito orgulho de ser liderado por V. Exa., Ver. Gilson Padeiro –, porque nós discutimos o seguinte: nesse mundo eleitoreiro, nós tínhamos todos os motivos pra embarcar nessa, o prefeito Sebastião Melo venceu a eleição e nos tirou da disputa, mas nós sabemos o que é justo. E justo, gente, para finalizar, era ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Sabe por quê? Porque ali está garantido, Presidente Hamilton, a proporcionalidade da oposição e da minoria. A CPI que foi protocolada primeiro, pelo Ver. Idenir Cecchim, tem membros do PSOL, membros do NOVO, inclusive o NOVO é signatário da CPI do Ver. Idenir Cecchim, ali está a proporcionalidade de todas as correntes ideológicas da Câmara, inclusive da minoria. O Ver. Roberto Robaina acha que o Ver. Alex Fraga é incompetente, que não pode fazer um requerimento? Ou o Ver. Jonas Reis acha que é incompetente o Ver. Aldacir Oliboni? Ou a Ver.^a Mari Pimentel acha que o Ver. Tiago Albrecht é incompetente? Ele está ali, ele apresenta requerimento, ele pede oitiva, como as oitivas do Ver. Oliboni, do PT, foram aprovadas na primeira CPI protocolada. E, por isso, finalizo dizendo que o Regimento sempre respeitou, lá, na comissão permanente, a ordem de requerimentos. Por isso, quando tem uma CPI para investigar um assunto, nós temos frentes parlamentares em centenas. Alguém aqui conhece duas frentes para tratar do mesmo assunto? É ridículo! Nós estamos pagando mico para a sociedade, que paga a conta por duas CPIs simultaneamente. Puro palanque eleitoral e desespero, eu vejo aqui, das pessoas, para aparecer para a imprensa, pensando em concorrer à majoritária do ano que vem. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste através da nossa TVCâmara, da nossa Rádio Câmara e também das plataformas digitais, tenho acompanhado aqui e estava acompanhando agora atentamente a explanação dos colegas – ouvi o Ver. Moisés Barboza falando. Eu fiz um encaminhamento de manhã, na CPI, para que a presidenta da CPI votasse o Requerimento nº 16. Esse requerimento, que foi assinado por um número de vereadores, membros da CPI, pede a unificação das CPIs. Eu acho que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em 250 anos, nunca teve duas CPIs. Nós, aqui, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, nesses 250 anos, todo final de ano, elegemos o presidente das comissões, elegemos os

relatores das comissões, os vice-presidentes das comissões. O único órgão desta Casa que prevê que possa haver uma eleição é frente parlamentar, é o único órgão que prevê; nos outros órgãos, o que vale é que o preponente tem alguma vantagem, mas o restante tem que se eleger.

Como falei hoje aqui à tarde, participávamos eu e o Ver. Mauro Pinheiro da CPI da Procempa – os dois – e, aqui, fizemos a CPI, e tivemos êxito: encaminhamos um relatório para o Ministério Público, mediante os fatos que nós tínhamos, porque, aqui, todo mundo se calou – não é, Ver. Mauro? Nenhum dos depoentes queria falar, chegava aqui e dizia que não tinha nada para falar, concordava que o nome dele era aquele, o documento era aquele e acabou, ia embora. Deixava até nós formularmos as perguntas. Nós formulávamos as perguntas e mandávamos embora.

O Ver. Moisés fala muito bem nesse pedido que ele fez, que virou até um meme, para que tivesse mais uma CPI; teríamos mais outras CPIs. Eu acho que – e isso eu não estou falando de agora, eu venho falando isso há muito tempo – o papel da Procuradoria não é esse; o papel da Procuradoria da Casa é auxiliar a Mesa Diretora em questões da Mesa Diretora. Eu acho que a Procuradoria da Casa não tem que opinar sobre a política; ela tem que opinar sobre as questões legais. Vários projetos ficaram de chegar a esta Casa estabelecendo esse papel da Procuradoria, e não sei por que não seguiram adiante. É importante nós estabelecermos isso. Nunca, em 250 anos desta Casa, está aí o Google, houve duas CPIs para tratar do mesmo tema. Nunca, em 250 anos desta Casa, a base que compõe uma CPI ou uma comissão não elegeu o seu relator. Existe esse espaço não porque a Ver.^a Mari criou da cabeça dela; existe esse espaço, porque o procurador disse que ela podia fazer isso. Foi o procurador que disse que ela podia fazer isso e ele largou no colo do Presidente as duas CPIs; não tomou a decisão que se conhece nesta Casa e que vem, desde que aqui cheguei e ficava nas galerias acompanhando esta Casa. Houve fatos muito mais relevantes na nossa cidade e nem por isso eles ficaram nesse vácuo – pode se dizer assim – em que estão as CPIs.

Então, eu volto a fazer um apelo às duas CPIs, volto a fazer um apelo às bancadas desta Casa, volto a fazer um apelo à Mesa Diretora desta Casa para que, juntos, nós possamos achar uma saída para isso, que mancha não somente a imagem do governo...

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Claudio Janta, cumprimentos por essa sua proposta. Eu quero já de antemão, já fiz isso, mas vou repetir em homenagem ao seu pedido de juntar as duas CPI, se isso acontecer, eu abro mão, no momento necessário, abro mão da presidência para ajudar a construir a unificação.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Eu acho importante isso, é importante para Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que vem há duas semanas sofrendo um desgaste, um desgaste que não é nosso. O nosso papel aqui é fiscalizar, é cuidar do dinheiro público, dos espaços públicos. Esse é o nosso papel. Então, eu reafirmo esse pedido às duas CPIs, à Mesa Diretora, às Comissões desta Casa que tratam desse

tema e, principalmente, às bancadas que nós coloquemos a bola no meio do campo. Falei para Ver.^a Mari que, se depender de mim, ela é a presidente da CPI, sem problema nenhum, mas que possamos, de forma democrática, eleger o vice-presidente, o relator e, principalmente, podermos começar a dar os encaminhamentos. Porque cada um vai protocolar o que quiser, e cabe às pessoas falarem ou não, as pessoas virem ou não, mas nós não podemos perder o nosso direito de investigar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente, Ver. Hamilton, demais vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre, público das galerias, público que nos assiste pelas redes sociais e pela TVCâmara; o debate aqui acaba se tornando quase obrigatório falar sobre a CPI n° 1 da educação e a CPI n° 2 da educação. Eu ainda estou tendo alguma dificuldade, porque, em 15 anos de Câmara Municipal de Porto Alegre, pela primeira vez vejo duas CPIs sobre o mesmo fato determinado. Assim como projeto de lei, não tem dois projetos de lei sobre o mesmo assunto. Tem um projeto de lei, quando o outro entra, já tem, tu não podes dar continuidade. Pois bem, a Casa aqui resolveu, por algum motivo, fazer duas CPIs, estou participando das duas CPIs. E hoje, infelizmente, participei de uma reunião da CPI... E quero deixar bem claro às pessoas que estão nos vendo que eu não sou contra a fiscalização e a investigação. Somando essas duas CPIs das quais estou participando, acho que é minha sexta CPI, então em todas elas a gente procura sempre fiscalizar. Numa entrevista me perguntaram se eu estava defendendo o governo; não, estou defendendo, quando sou contrário e levanto algumas questões, estou defendendo o Regimento da Casa, porque esta Casa tem 250 anos, esta Câmara Municipal de Porto Alegre, e nós temos o Regimento e devemos segui-lo. Infelizmente, a ânsia e a vontade de fiscalizar, às vezes, atrapalha, e a presidente da CPI n° 2 da educação, Ver.^a Mari Pimentel, com a qual tenho uma relação de amizade aqui, durante esses três anos, conversando com a Ver.^a Mari, sobre a influência do PT, do PSOL, do PCdoB tem tomado atitudes contrárias ao Regimento. E eu, sempre que posso, estou presente na reunião e falo que não concordo com a vereadora pelo Regimento da Casa e que a vereadora tem atropelado o Regimento. Essa é a minha opinião, inclusive foram feitos alguns recursos à Casa, eu mesmo, hoje de manhã, protocolei um recurso pedindo a nulidade do que se votou na sexta-feira, e hoje estou fazendo novo recurso para pedir a nulidade do que foi feito. Por que a nulidade? Porque, como nós não seguimos a tradição da Casa, como disse o Ver. Claudio Janta, nos últimos 23 anos, pelo menos, foi feito um levantamento, em todas as CPIs teve um relator votado, um vice-presidente votado. Por que isso? Porque a CPI tem 12 membros, 1/3 da Casa, e o presidente da CPI é o primeiro signatário, aquele que colheu as assinaturas e que tem a intenção de fazer a investigação vai presidir. É o que a Casa sempre fez, assim como a Assembleia Legislativa, diferente do Congresso Nacional. Só que o que diz a tradição e o que diz o Regimento, no meu entendimento, diferente do entendimento da presidente, o relator deve

ser votado e o vice-presidente. Por que se vota o relator e o vice-presidente? Porque o presidente da CPI não é votado, pela força do Regimento, ele é o presidente. Então, de forma democrática, a CPI se reúne e o colegiado escolhe o relator e o vice-presidente, ao contrário das comissões permanentes, em que o presidente é escolhido no voto, na proporcionalidade de todas as bancadas da Câmara Municipal de Porto Alegre. O presidente da comissão permanente é votado dentro das comissões, seguindo as proporcionalidades, e ele não escolhe um relator, ele designa o relator de cada projeto de lei. O presidente tem autonomia, na comissão permanente, de dizer que esse projeto o vereador A vai relatar, aquele será o vereador B, porque ele também tem que seguir a proporcionalidade dos relatores, para que todos os partidos participem. Na CPI não tem proporcionalidade, porque é um único relator, então os vereadores vão decidir a proporcionalidade pelo voto. A maioria vai decidir, dentro dos 12 vereadores, quem é o vice-presidente, quem é o relator. Essa é a diferença da comissão permanente e da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O que eu tenho alertado à vereadora-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 2 da educação é quanto às votações, além do relator. Primeiro: os vereadores estão tirando o quórum, porque não querem dar seguimento a uma CPI que não tem relator. A CPI, na minha opinião, não está instalada, ela não tem relator e vice-presidente. Quando tiver, podemos dar seguimento à CPI; enquanto não fizer isso, não tem condições de prosseguir. Quanto às votações, a vereadora está aprovando requerimentos sem a maioria absoluta no plenário, conforme dizem os arts. 84 e 85, que vou ler rapidamente (Lê.): “Art. 84 – O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião de Vereadores em exercício, em local e forma estabelecidos neste Regimento. Art. 85 – A Câmara Municipal deliberará pela maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores, salvo as seguintes exceções...”. Então, a maioria absoluta dos presentes, para se votar, tu precisas ter, entre 12 vereadores, 7 vereadores. Se não tiver maioria absoluta, tu não podes votar, art. 85, e a maioria deles decide o voto. Se tu não tens 7, tu não podes votar, assim como nas sessões plenárias, se tu não tens 19, tu não podes votar, encerra-se a sessão, e os vereadores dão seguimento em outra oportunidade. O órgão deliberativo é o plenário, porque os vereadores recorreram à Mesa Diretora pedindo a opinião da Mesa Diretora a respeito da função de relator. A Mesa Diretora deu o efeito suspensivo e mandou para a CCJ, que vai fazer o relatório, e esse relatório virá para o plenário, que é soberano para decidir como vai funcionar. Quem decide, no fim, quando se tem dúvidas, é o plenário da Câmara. Então, fiquei muito preocupado hoje quando a presidente Mari, da CPI, acusou a Mesa Diretora e o Presidente desta Casa de conluio contra a sua CPI, por cumprir o Regimento. Parabéns, Presidente, o senhor está cumprindo o Regimento e a vereadora, mais uma vez, se equivocou.

Quanto ao Ver. Robaina, quero dizer que não basta ter uma CPI, ela tem que apresentar resultados. Ele, incompetentemente, foi presidente de uma CPI que tinha maioria e ele não fala em resultados, porque não houve, pois só usou a CPI como palanque político eleitoral. Então, Ver. Robaina, apresente os resultados da CPI que o senhor presidiu e que o senhor votou o relator. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. José Freitas.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, assessorias, assistência nas galerias, quero agradecer ao Ver. José Freitas a cessão de seu tempo para tratar de dois assuntos bem importantes nesta tribuna. Primeiro deles é a nefasta tentativa da volta do imposto sindical. A gente sabe que os sindicatos se tornaram uma máfia ao longo dos tempos, instrumentalizados pelos partidos de esquerda, que, na verdade, não têm interesse no trabalhador; têm interesse no quinhão, nos seus votos. Pois o governo do descondenado – que foi condenado em três instâncias, mas o STF deu uma colher de chá – quer agora morder o equivalente a três dias de trabalho do pagador de impostos, do trabalhador em geral, o equivalente a 1%. Esse superimposto vai ser o triplo do que outrora era e que, graças a Deus, no governo anterior, o Congresso derrubou. E é de embrulhar o estômago de qualquer pessoa que minimamente sabe o valor do trabalho esse verdadeiro achaque que este governo federal atual quer fazer no bolso do trabalhador, que dizem defender, que dizem representar. Querem, isso sim, tomar as diárias dos trabalhadores para manter seus privilégios, as suas benesses, as suas viagens regadas a muito luxo, comidas caras, como temos visto o próprio descondenado, que gasta como se não houvesse amanhã. E o pior é a fala do ministro Luiz Marinho, que disse: “Olha, se a pessoa não aceitar pagar a taxa, é só ir na assembleia e votar contra.” É só ir numa assembleia, que é aparelhada, que é cooptada, que é uma mistura, um caldo de sindicato com partido de esquerda, e lá se manifestar contra. Então vejam o absurdo que este governo federal está querendo fazer. Nós, do Partido NOVO, este vereador em especial, não obstante ser uma pauta federal, vai se mobilizar e fazer todo o possível para que sejam desmascarados aqueles que querem crescer o olho para cima do trabalhador.

E, por fim, fala-se tanto desta tribuna do Partido NOVO, um partido da direita liberal, que visa contagiar a política com boas práticas, e o NOVO vai ser sempre um partido que investiga, um partido que fiscaliza, um partido que é pela proibidade. O Partido NOVO lançou uma plataforma *online* para fiscalizar as emendas Pix do governo Lula. Lula já é aquele que comprou o apoio, é o maior comprador de apoio da história da República: R\$ 11 bilhões em emendas de orçamento secreto, mas parece que, enfim, agora passou a ser até carinhosamente chamada de emenda Pix. O NOVO está lançando uma ferramenta *online* para que o pagador de impostos, para que a sociedade civil organizada possa acompanhar, porque o NOVO é a favor da transparência, o NOVO é a favor da fiscalização. Existem formas e formas, os mandatários do NOVO têm liberdade para escolherem a forma com a qual vão impingir esse modelo de fiscalização, mas o cerne do Partido NOVO é fiscalizar. E no que tange ao governo de esquerda em Brasília, o NOVO é o único partido 100% de oposição ao desgoverno Lula. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara. Cortina de fumaça, essa é a sessão de hoje. Cortina de fumaça diante do escândalo que foi a foto do dia 9 de julho de 2021, na qual, na agenda oficial do prefeito constava reunião com o Ver. Alexandre Bobadra e Ver. Pablo Melo, mas a alta cúpula do governo estava presente naquela reunião. Ela não foi convocada, porque estava ali no meio e chamaram para participar o procurador do Município, também o secretário Cassio, a secretária Janaina. Não, aquela reunião estava planejada para acontecer, onde dois empresários estavam presentes. Mas me parece que a foto acima, na base do governo, é um ataque à Mari, que não elege o relator; à Mari, que não unifica as CPIs, e não diante da cortina de fumaça. Essa é a cortina de fumaça que vocês estão tentando fazer. E é sobre isso que hoje eu vou falar, e por que eu vou falar sobre isso hoje? Porque já está um zum-zum-zum no plenário: “Vamos cassar o mandato da Mari Pimentel.” Já está um zum-zum-zum na Câmara de Vereadores: “Vamos tirar o procurador municipal do cargo dele.” Parece que a política do poder está entrando para dentro da Câmara, e esse zum-zum-zum tem que diminuir, porque onde está o trabalho do Legislativo, a liberdade de fiscalização? Essa é a pergunta, Ver. Claudio Janta, que traz que é importante fiscalizar, mas os instrumentos de fiscalizar estão sendo calados. Se vão tirar o procurador do seu local, se querem cassar o mandato da Ver.^a Mari Pimentel, porque ela traz a verdade e não está elegendo o relator que o governo gostaria. Se vocês têm algum questionamento, a justiça está aí. Mas me parece que toda a discussão sobre o relator e sobre unir as CPIs é uma cortina de fumaça para não apontar o dedo para quem fez as compras; para não apontar o dedo para quem comprou sem licitação; para não apontar o dedo para quem direcionou as compras; para não apontar o dedo para onde foi o dinheiro, porque a gente sabe que não foi para as crianças. O material da Inca até hoje não foi utilizado por nenhuma escola. O material da Inca está sendo recolhido por erros. O material da Inca nunca foi pensando nas crianças. O material da Inca foi comprado uma semana depois que a secretária Sônia assumiu na Secretaria de Educação. Cortina de fumaça.

Por isso eu trago a importância da minha fala, porque sei que esse zum-zum-zum vai aumentar e vão tentar direcionar e conduzir. Mas, vereadores, aqui vem alguém que veio para trazer a verdade; não veio para depender da política. Se o zum-zum de cassar o mandato vai aumentar, não será isso que tirará a minha vontade de trazer transparência e verdade para a população de Porto Alegre.

Ver. Mauro, eu entendo a sua frustração em tentar colocar no Regimento o enquadramento da sua interpretação, porque há muito tempo isso está funcionando, onde o governo tem maioria, mas a realidade é que nós estamos trabalhando com uma base jurídica tão sólida que nem mesmo o governo conseguiu bloquear nenhum requerimento. Utilize a justiça, se você tem algum medo de que o requerimento não vale a pena. Mas o requerimento é tão sólido que nem mesmo o governo está conseguindo contestar sem ser

por juntar a Ver.^a Mari à esquerda, a Mari à cassação de mandato, a Mari a ser ditadora. E eu coloco aqui, vereadores, a importância de a gente falar isso com a seriedade que precisa, e todos os vereadores terem a transparência.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Bom, então, o Ver. Mauro Pinheiro está usando a fala, baseado nos artigos do Regimento. E eu reforço aqui, de acordo com as regras também, nenhum empresário deve ter uma agenda com o prefeito sem estar na agenda oficial, com o procurador, e, depois de uma semana, termos a compra sem licitação. Se defender a ilegalidade está tão difícil para a base do governo, é estampar a corrupção que está diante da nossa cara. E isso está sendo, parece, mais difícil do que bater na Mari Pimentel e pensar em cassar o mandato e tirar o procurador do seu trabalho aqui no Município. Eu espero que o trabalho siga firme e forte, porque a população de Porto Alegre merece respostas, e eu continuo aqui atuando de maneira imparcial e com a seriedade necessária para esse tema para toda a cidade. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, eu vim à tribuna pela liderança do PL para fazer aqui uma prestação de contas aos meus 4.703 eleitores. Eu iniciei minha caminhada política sendo pré-candidato ao governo do Estado em 2017, 2018, quando poucos acreditavam no Presidente Jair Bolsonaro; depois concorri a deputado federal, fiz 20 mil votos; fui diretor-geral da Academia de Polícia Penal do Rio Grande do Sul, fui premiado; fui pré-candidato a vice-prefeito; depois concorri a vereador, fiz quase 5 mil votos, fui o mais votado entre 53 candidatos, era minha mãe do lado, minha filha, minha tia, meus irmãos trabalhando na campanha; depois, em 2022, fiz quase 10 mil votos. Isso com muito esforço, com muita luta, e sempre baseei minha carreira política nos princípios que norteiam a administração pública.

Ao ingressar aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, no dia 1º de janeiro de 2021, iniciei uma caminhada, uma aprendizagem, cada dia foi uma surpresa, cada dia uma aprendizagem, fiz muitos amigos. Quero agradecer, em especial, ao primeiro presidente que tive na Casa, que foi o Márcio Bins Ely, que me acolheu muito bem; depois o Idenir Cecchim; atualmente o Ver. Hamilton; posteriormente, possivelmente, o Ver. Mauro Pinheiro; as amizades que eu fiz com o Jessé, com a Cláudia, com o Janta, com o Cassiá, com a Mônica, enfim, com todos os vereadores, com a Barth e com o Mauro, meus colegas de partido, e sempre tive um entendimento muito bacana, inclusive até com a oposição, hoje aqui representada a pelo Pedro Ruas, que já conhecia há muitos anos, desde o tempo do meu trabalho nas associações de classe da polícia penal.

Quero fazer essa prestação de contas aqui: foram 44 projetos de lei, 14 indicativos, R\$ 543 mil de economia aos cofres públicos, do meu gabinete, R\$ 1.372 milhão em emendas impositivas em 2021 e 2022, depois R\$ 1.432 milhão em saúde em 2022 e 2023. Como vocês sabem, o processo político é complicado, são interesses e subterfúgios nebulosos todo o tempo, e as pessoas agem de acordo com seu interesse, que num momento é um; dois dias depois são outros: aquele que te abraça, que te dá um carinho, que te faz um afago, 24 horas depois, por interesse próprio, está te sacaneando, está mentindo, está inventando história, para ter algum tipo de benefício.

Eu quero falar especificamente aqui sobre a eleição de 2020, na qual fui cotado para ser candidato a vice-prefeito. Eu abri mão de ser candidato a vice-prefeito do prefeito da época, que era um forte candidato e liderava as pesquisas, para ser candidato a vereador, porque o maior partido da época indicou o vice-prefeito. Eu abri mão para concorrer a vereador. Nessa época, três candidatos receberam mais recursos: eu, o segundo e o terceiro. E o partido, como é um partido muito grande, cumpriu o compromisso que tinha com o primeiro, com o segundo e o terceiro lugares, mas o partido preferiu investir os seus recursos no Norte, no Nordeste, no Centro do País, mandando poucos recursos para o Rio Grande do Sul. Então, o partido na nacional não cumpriu aquilo que prometeu para os 50 candidatos; quem pagou o pato foi o primeiro candidato, respondeu um processo, por quê? Porque havia interesses; aqueles que tiveram menos recursos queriam cargos, queriam espaço e não obtiveram, ingressaram com um processo judicial. O que é legítimo. Eu respeito o Poder Judiciário. Eu respeito a justiça eleitoral. Eu sou advogado de formação, fiz Escola da Magistratura, Escola da Defensoria Pública, é do jogo. Estou atualmente no meu mandato, vou continuar trabalhando pelo povo de Porto Alegre. Eu tenho uma vida pública de quase 30 anos no serviço público, vou continuar trabalhando. Uma coisa que aprendi na minha vida é que política não é 100 metros, política é maratona, porque a cidade tem pressa, e Porto Alegre não pode parar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e nas nossas galerias. Agradeço, especialmente, ao nosso líder da bancada, Ver. Pedro Ruas, e aos meus companheiros do PSOL – Ver.^a Karen Santos e Ver. Roberto Robaina – a possibilidade de me manifestar aqui em tempo de liderança do nosso partido, o PSOL.

Muito se ouviu desta tribuna, nos tempos de liderança partidária e no período de Comunicações, algumas falas bastante contundentes criticando, apontando o dedo, falando de falta de democracia e impedimento do cumprimento das regras desta Casa Legislativa. Se não me falha a memória, falas enfáticas foram feitas pela Ver.^a Comandante Nádia e pelo Ver. Mauro Pinheiro, que talvez tenham amnésia seletiva, porque o Regimento Interno desta Casa Legislativa determina que os espaços de decisão, como Mesa Diretora, presidência e vice-presidência das comissões permanentes, sejam

distribuídos de acordo com a proporcionalidade dos partidos ou bancadas, e eles votaram para que não fosse cumprido o Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre. Nós só temos estes espaços garantidos por conta da força da lei, por decisão judicial. Talvez não se lembrem que ajudaram a passar por cima do Regimento Interno da Câmara e aqui pregam ser os maiores defensores do que determina o nosso regramento. Que seletividade rasteira, muito rasteira!

Eu vou usar o tempo que me resta para dialogar com a fala do nosso líder da oposição, Ver. Roberto Robaina. Ele destacou um termo que muito se aplica no atual momento das CPIs: medo! A base governista está com medo, o prefeito Melo está com medo, porque podem aparecer responsabilizações, e essas responsabilizações podem determinar perda de mandato, multas pesadíssimas por conta de ataques ao erário, essas penalizações podem incidir, inclusive, em responder criminalmente por malfeitos com o dinheiro da população de Porto Alegre. Por isso a base governista tem medo, Ver. Oliboni. Medo! Esta é a palavra que está norteando a condução dos trabalhos dos representantes do governo Sebastião Melo, nesta Casa Legislativa, o medo. Por quê? O que faz, qual o papel desempenhado pela presidência de uma comissão? É quem conduz os trabalhos, quem organiza as reuniões. Qual o papel da relatoria? A relatoria propõe todos os levantamentos que foram lançados dentro dos debates das oitivas, dos questionamentos, das análises documentais. E esse relatório vai à votação no final da CPI. Quem tem maioria nas duas CPIs? O governo. O governo quer desesperadamente garantir a relatoria nas duas CPIs! Por quê? Para apresentar um relatório fajuto, um relatório que não aponte as responsabilidades, que não indique possíveis responsáveis pelos problemas das licitações, pelo superfaturamento de alguns contratos, pela adesão em atas fraudulentas. O Sr. Jajá, que foi mostrado nas fotos em reunião privada e por fora da agenda oficial do prefeito Sebastião Melo, como muito bem foi destacado pela Ver.^a Mari Pimentel, quando fez uso da palavra, não estava na agenda oficial do prefeito, e isso é proibido. É proibido! Tem que estar na agenda; me reuni com empresários, eles vendem materiais, livros didáticos, e a Prefeitura está pretendendo comprá-los. Se não estava na reunião, por que não foi oficializado? E é daí que vem o medo, e o medo faz pessoas tomarem caminhos muito ruins.

Todos nós aqui temos vida pública, somos pessoas expostas, e a nossa responsabilização, por ação ou por omissão, fica registrada na história. O papel que os vereadores integrantes da base governista estão desempenhando nas duas CPIs, na CPI presidida pela Ver.^a Mari Pimentel, é de obstruir os trabalhos, obstruir completamente, não deixar que a CPI avance, porque essa CPI tem um potencial de desvelar malfeitos, e é este o grande medo. Com a presidência e a relatoria fora das mãos da base governista, o medo aflora, e nós sentimos o fedor do medo. Um grande abraço, agradeço a atenção de todos.

Vereador Claudio Janta (SD): Presidente, só queria esclarecer um ponto aqui – estava conversando com o Cassiá e com outros membros desta Casa. Toda vez em que nós marcamos uma audiência com o prefeito, que um vereador marca uma audiência

com o prefeito e determina o tema... Eu mesmo tive uma, na semana retrasada, que era para falar sobre autismo; lá estava o secretário da Saúde, lá estava o diretor do Certa, lá estava a psicóloga, e assim tem sido feito. Marca para ver a questão de uma máquina em uma vila, lá está o Marcos Felipi ou lá está o André, dependendo de quem é. Tem sido a praxe. Tenho certeza que, se o prefeito soubesse quem era a pessoa, não iria sequer abrir as portas da Prefeitura. Então, eu só quero reafirmar esse *modus operandi* do governo de, quando um vereador pede agenda, levar todo o grupo de secretários envolvidos na área.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Eu gostaria de reforçar que, na reunião na qual foi trazido o Jailson junto com o dono da empresa Inca, o Sr. Sérgio, ela foi trazida também pelo filho do prefeito, com vínculo de parentesco, e não só pelo Ver. Bobadra. Então, mostra que não é algo que só um vereador fez.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Eu até não ia entrar nesse mérito aqui, mas queria só tranquilizar a vereadora – falei agora aqui no privado para ela –, porque não existe ser cassado por fazer o seu trabalho de fiscalização. Ninguém do governo daria acordo para isso, tenho certeza que chegou a ela uma informação que não procede. Então, até por nós termos jornal aqui, é importante ficar claro que ninguém de nós concordaria com isso por um vereador estar fazendo o seu trabalho, assim como está fazendo. Então, acho que não cabe nem ela se preocupar com isso, nem imputar à Câmara essa intenção, que não existe essa intenção por parte de ninguém aqui. E, mesmo que fosse, nem teria voto para tanto, porque precisa de dois terços dos votos; só a oposição mais o NOVO já não fecham os votos necessários. Então essa colocação não faz o mínimo sentido. E ali eu, quando vou nas minhas reuniões, faço a reunião com o prefeito e peço para o prefeito, se possível, com acompanhamento de algum secretário, para despachar, porque o prefeito é o decisor. Então, eu não sei como foi o caso dessa reunião, mas o prefeito sempre é muito acessível, recebe a todos, não consigo ver que uma reunião que foi marcada, e foi inclusive postada nas redes sociais, seja uma coisa que tenha por interesse lesar o patrimônio público. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, que acompanha essa sessão e que estarecido está com o governo, que não cria vagas nas escolas, mas misteriosamente senta à mesa com o rei da tecnologia: o Jajá. Só não sabemos qual Jajá vai cair primeiro: se o Jajá de Brasília ou o Jajá aqui dos Pampas. O Jajá à la Melo, Melonaro, para os mais íntimos. (Mostra fotografia.) Ali está Jajá, sentado, com nada mais nada menos que o Ver. Pablo Melo, que por acaso também é filho do pai, que é o prefeito. O pai do filho é o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo! Jajá, sentado, sorrindo, feliz da vida, e lá o Ver. Bobadra também – já não está sorrindo na foto –, mas a secretária Janaina, que caiu, está também na foto. Mas a cronologia dos fatos dessa foto

é o que interessa à sociedade porto-alegrense, principalmente ao debate da CPI, dia 09 de julho de 2021. Hoje a presidenta da comissão de investigação apresentou essa fotografia. A presidenta da comissão que quer investigar. Mas o governo não pode deixar. É óbvio que o governo não vai deixar! Como assim, investigar? Se tem várias fotos de agendas. Eu queria entender também que, nessa fotografia, logo à esquerda, observem, inferior, nós temos, nada mais nada menos, do que o procurador-geral do Município. Para que serve nesta fotografia o procurador-geral do Município? Prefeito, bem acompanhado, prefeito está lá, ouvindo atentamente, só não sabemos o que o prefeito ouviu. É isso que nós queremos saber: o que ouviu o prefeito? O que falou o Jajá? O que ouviu a secretária Janaína que, algum tempo depois, já não era mais a secretária. Será que é o Jajá que vai dizer para nós o que falaram naquele dia, era café frio ou café quente? Mas o que o prefeito ouviu ou o que o prefeito Sebastião Melo falou. O fato é que este vereador que aqui na tribuna se encontra pediu, lá em fevereiro de 2021, obras nas escolas. Por exemplo, a João Goulart, pedi que reformassem a hidráulica, a elétrica, principalmente a hidráulica perto do refeitório e dos banheiros, e o telhado. Isso não foi feito, priorizaram as reuniões com os “jajás”. Setenta por cento da rede municipal precisa reforma na elétrica, mas não foi feito nenhum contrato de reforma das escolas. A prioridade era receber os “jajás” para, conforme diz a Zero Hora, serem adquiridos R\$ 43 milhões, de quê? De livros repetidos que o MEC já manda. Está aqui na matéria. Mais de 500 mil livros! Gente, passa a fotografia para nós, passa mais, Luiz, por gentileza, para nós vermos. (Mostra fotografias.) Mais de 50 mil caixas ficaram depositadas, enquanto as escolas estavam podres – continuam – olha as caixas. Só que o livro do Jajá, que foi lá vender para o prefeito, é um livro maravilhoso que só 70 mil exemplares tinham erros de português e de diagramação, que ele teve que pegar de volta nas escolas semana passada. Dos 500 mil, só 70 mil tinham, por incrível que pareça, erros de português. Mas o produto do Jajá era o produto de altíssima qualidade que foi comprado sem licitação. É isso que eles não querem que o Jajá venha dizer, como o Jajá tem uma capacidade cognitiva elevada, acima da média dos vendedores. Esse homem é instrumentalizado na arte de vender, e o prefeito foi convencido... Como que o prefeito foi convencido de comprar tecnologia, livros repetidos, enquanto as escolas, 10 delas não tinham caixa d’água funcionando?! Vocês já viram uma escola sem água, sem torneira, sem refeitório, sem merenda? Mas com 50 mil caixas espalhadas, com *kits* de tecnologias; é o famoso espetáculo Brasil, o Brasil varonil não é para os amadores. Brasil, meu Brasil brasileiro, qual a cor da tua bandeira? Qual é a cor da bandeira do Jajá, da bandeira do Sebastião Melo? Qual é a cor? É verde? Fica a pergunta. Para concluir, meu Presidente, por isso que hoje eles querem afogar a CPI, eles querem amordaçar a CPI, mas não conseguirão, porque os dados, as informações que aqui estão pulsam, saltam aos olhos, e a população, escandalizada com o transporte sucateado, postos de saúde sem médico, escola sem professores e o lixo acumulando nas avenidas, porque nem o contrato do lixo eles dão conta. Mas os jajás são recebidos com o bom e famoso cafezinho quente ou frio, a população quer saber.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, queria consultar a Ver.^a Mari para ver se o meu som está muito alto, se está bom assim, porque sempre que eu falo, ela acha que eu estou gritando, e eu não gostaria de ferir os seus ouvidos. Então, cortina de fumaça, Ver. Pablo Melo, imagina só a vereadora falar em cortina de fumaça, numa fotografia pública, com uma mesa repleta de pessoas, com vereadores e não vereadores. Ao contrário da fotografia da Ver.^a Mari, que ela não quis testemunhas, ela foi lá no prefeito também várias vezes, mas uma delas é grave, e ela não quis testemunhas. O prefeito Sebastião Melo tem essa mania de receber – e faz muito bem em receber todo mundo! –, receber todo mundo, e que bom que ele recebe com mesa cheia, para não ficar dúvida, para não ficar essa mancha que a Ver.^a Mari quer colocar nele. Não, vereadora, a senhora não vai fazer isso, a senhora não vai fazer ilusões que possam ser mal-interpretadas, a senhora não tem autoridade para isso. A senhora é uma vereadora, e eu respeito a opinião da vereadora, mas calúnia é diferente. A senhora quer caluniar sem provas, a senhora se basear numa fotografia pública para querer imputar certas dúvidas. Não, a senhora não vai fazer isso, os seus eleitores não vão permitir isso. Aliás, já estou sabendo que os seus eleitores estão “por aqui” com a senhora, não estão mais aguentando vê-la sendo orientada pelo Ver. Robaina. Os seus eleitores são outros hoje em dia, não são mais aqueles que votaram na senhora. Esses não, esses passaram a conhecer a vereadora, passaram a conhecer a cada dia. Esses supostos zum-zum-zuns que tem aqui dentro, zum– zum-zum é só para quem tem algum problema de ouvido, porque eu não ouvi zum– zum-zum aqui dentro. Se eu falo, eu não falo em zum-zum-zum, eu sou claro. Quando se acusa alguém, como V. Exa. quis acusar o prefeito, quis acusar a Prefeitura sem prova nenhuma, isso não é zum– zum-zum, a senhora tem que provar isso. A CPI da Câmara, a nº 2, não é da senhora, é da Câmara também. A senhora quer trazer o procurador para essa discussão, mas o que é isso, vereadora? A senhora pediu uma opinião secreta para ele, quando deveria ser encaminhado ao Presidente, e o Presidente perguntar para ele. Não, não é assim, não é assim! Tem que ter mais postura, tem que ter mais verdade. Verdade! Vereadora, só verdade, nós não queremos nada mais do que isso. Eu não quero brigar com a vereadora e não brigo. Eu estou bem paz e amor, eu estou me surpreendendo, porque eu já estou velhinho. Eu, às vezes, na brincadeira, invoco o Estatuto do Idoso para falar com a Ver.^a Mari, porque qualquer coisa ela diz: “Machismo!” Não, aqui nesta Câmara, eu não conheço machista quando se refere a outra vereadora. Não, aqui se discute, às vezes, com a voz um pouquinho mais alta, e eu me desculpo, porque eu tenho essa mania de gringo de falar alto. Mas eu vou procurar não gritar mais com a senhora, vou falar baixo, bem baixinho, para não ferir os ouvidos da Ver.^a Mari. Mas eu jamais me calarei, jamais me calarei quando se fazem injustas acusações a um homem sério como o Sebastião Melo. A senhora não sabe, a senhora não tem nenhuma prova e não vai ter, porque o Sebastião Melo é um homem honrado, muito honrado, e não vai ser a senhora, não vai ser a senhora que vai

fazer isso contra o prefeito, contra qualquer um de nós, que a senhora tem a mania de dizer: “Vereadores amigos de...” Eu não sou amigo de nenhum, eu nem conhecia esse cidadão. Ainda bem que a Prefeitura faz as fotos públicas para não ter dúvida – não tem dúvida! E não vai ser a senhora que vai colocar dúvida em ninguém, porque a senhora começou a ter um problema: as pessoas não acreditam mais na senhora, e quando as pessoas passam a não acreditar, fica difícil de defender qualquer ideia. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Pedro Ruas e Ver. Ferronato, nós somos os decanos desta Casa aqui. Eu não sei V. Exa., Ver. Pedro Ruas, não sei a posição do Ver. Ferronato, mas eu tenho 26 anos como vereador desta Casa e eu estou envergonhado em relação à qualidade do debate dessa CPI. Eu vou dizer que eu nunca assinei uma CPI, nem contra o PT, nem contra o Marchezan, nem contra o Fortunati, nem contra o Fogaça e não assinei essa também, porque é aquela velha história que nós sabemos: a CPI começa de uma maneira, depois, vira um palanque eleitoral. Na verdade, eu vou confessar aqui por que eu não assino CPI, além disso, porque eu propus uma CPI nesta Casa e fui o presidente da CPI, e o Ver. Adeli Sell foi o relator, para investigar o ECAD, que é a maior roubalheira que tem nesta sociedade. E trouxe aqui os seus parentes, Ver. Ruas, os Fagundes, todos os grandes artistas e compositores gaúchos, nenhum deles tinha recebido nada de direitos autorais. Só que eu estou até agora esperando que o Ministério Público tome uma posição. E nisso aí já se passaram 15 anos! Já se passaram 15 anos. O que a CPI faz? Palanque político. E indícia ou denuncia, me deem a palavra certa aí. Denuncia! Essa que que interessava a todo mundo, e eu fiz essa CPI sobre o ECAD, porque a Sogipa fazia a Oktoberfest, só tocava música alemã. O ECAD ia lá cobrava R\$ 30 mil. Aí, eu perguntei para o ECAD: “Mas vocês mandam lá para os compositores da Alemanha o dinheiro?” Estou até agora esperando – estou até agora esperando!

E vou ser sincero aqui, vou ser enfático aqui, a Ver.^a Mari está na condição dela de fiscalizar, os vereadores todos que propuseram a CPI têm o direito de fiscalizar e devem fiscalizar. Agora, a grande confusão, a grande bobagem, a grande inconseqüência quem fez aqui foi esse procurador da Casa. Foi esse procurador da Casa! Ver. Pedro Ruas, eu não vou entrar no mérito, e V. Exa. comigo também não, não vamos entrar aqui, mas desde que estamos nesta Casa, o senhor mais antigo, eu desde 1989, quem protocola uma CPI faz a CPI. E ele poderia inclusive nem ter aceito a CPI que o governo apresentou, mas não poderia ter aceito duas CPIs. E agora está na iminência de aceitar três CPIs. Porque se ele aceitou duas, e o Ver. Moisés quer apresentar e mudar o objeto um pouquinho, ele vai ter que aceitar. Então, esse debate, da maneira que está sendo, me perdoem as colegas vereadoras e os colegas vereadores, isso aí fora não condiz com a qualidade do conjunto de vereadores que temos aqui. Algumas situações estão indo para o lado pessoal. Algumas situações indo para o lado pessoal. Olha, nós tivemos, aqui,

embates intermináveis com o prefeito Marchezan, aliás, não o cassamos aqui por dois votos – por dois votos –, mas eu nunca – eu nunca – duvidei, eu nunca questionei a honestidade do Marchezan, e vim nesta tribuna e dizia: “É um prefeito correto, é um prefeito que não compactua com maus atos, mas é inábil politicamente”. E na condição aqui de quem já foi secretário durante dez anos – Secretário de Esportes –, fiz uma Copa do Mundo, nunca tive um apontamento da Controladoria, nem do Tribunal de Contas, nem do Ministério Público, o que me orgulha – o que me orgulha. Eu quero encerrar dizendo o seguinte: vamos investigar, é necessário investigar, agora, nós não podemos julgar antecipadamente – nós não podemos fazer um julgamento antecipadamente. Eu sei que o Ver. Robaina é combativo, o Ver. Robaina, às vezes, é incontrolável; alguns colegas que são da base também se excedem. Para esse trabalho sair vencedor, para esse trabalho ter um resultado, para esse trabalho ter coerência, nós temos que sentar a poeira um pouco, chegar a uma conclusão, porque, se nós formos depender do procurador da Casa, que não poderia ter dado condições para funcionamento de duas CPIs com o mesmo objeto – eu não duvido nada que ele autorize uma terceira CPI. Bom, aí é uma derrocada total desta Casa, vai ser uma vergonha para esta Casa, vai ser uma vergonha para nós, vereadores, nós vamos ser manchetes. Por favor, eu não vou mais concorrer a vereador, não sou mais candidato a vereador, mas eu honro esta Casa, faço de tudo para ser combativo e para não fazer a crítica pela crítica e nem a oposição pela oposição. Está bom, meus amigos, colegas vereadores e vereadoras, obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, ouvi atentamente o Ver. Tiago falar, também ouvi uma fala do Ver. Ramiro. Quero dizer que o sai na imprensa sai distorcido do que é uma reivindicação do Movimento Sindical, uma reivindicação que estamos discutindo há mais de 12 anos, pode-se dizer assim, junto com o governo federal e com o Ministério do Trabalho.

Nós somos contra o Imposto Sindical. Nós condenamos o Imposto Sindical. O que nós queremos é o direito de cobrar a taxa negocial, esta que é decidida em assembleia, esta que é vinculada à convenção coletiva e ao acordo dos trabalhadores. Agora, eu queria ver o Ver. Tiago, o Ver. Ramiro contestarem aqui na tribuna e nas suas redes sociais um imposto compulsório, um imposto que é imposto a toda empresa que tem um trabalhador e à empresa que não tem trabalhador. Um imposto que tem um limite, hoje, de R\$ 26.400,00; um imposto que um limite de 20 salários mínimos, e eu não vejo essas vozes se levantarem contra esse imposto. Eu não vejo essas vozes falarem contra esse imposto, que é 1,5% que as empresas pagam em cima de cada funcionário que tem, Ver. José Freitas, ao Sistema S. Todo ele arrecada 1,5 da folha de pagamento, que lá na

sua origem, quando surgiu, era para preparar os trabalhadores para o mercado de trabalho. As pessoas mais antigas lembram que o próprio Sistema Sesc tinha restaurantes espalhados pela cidade de Porto Alegre, tinha restaurante na Rua Vigário José Inácio, tinha restaurante na Av. Brasil, vários restaurantes espalhados que vendiam alimentação a preço de custo. Hoje, um almoço que custa na base de R\$ 15,00, R\$ 20,00, com o Sistema S custava, no máximo, R\$ 7,00, isso acabou; esse Sistema S, que dava qualificação profissional para os trabalhadores... Hoje, um curso de cabeleireiro cobra mais de R\$ 1,5 mil. Sobre isso eu não ouço vozes, eu não ouço contestações, está em todas as redes sociais o preço que é um curso, seja qual for. Nós mesmos, aqui em Porto Alegre, agora enfrentamos isso, porque a EPTC queria que uma parte de transporte do Sistema S fizesse um curso para os taxistas, um curso que os taxistas teriam que fazer, Ver.^a Mônica, no horário de trabalho e que custaria em torno de R\$ 400,00 para cada taxista. Esse é o papel do Sistema S? Mas eu não vejo nenhuma voz falar sobre isso, e eu sou conselheiro do Sistema S – sexta-feira passada estava na reunião do Senac. Sou conselheiro do Sistema S e sou uma voz que diz que nós temos que rever a carga tributária neste País, não dos sindicatos que não querem imposto sindical, isso não partiu dos sindicatos, os sindicatos que estão lá na ponta, o sindicato dos trabalhadores, os sindicatos que fecham convenções com seus trabalhadores, o sindicato que defende a meritocracia de descontar mediante o que é conseguido para os trabalhadores, não querem a volta do imposto sindical, pelo contrário, querem a redução de impostos, querem e exigem uma nova tabela do Imposto de Renda! Não pode uma pessoa ganhar R\$ 2 mil e já pagar 7,5% de Imposto de Renda; não pode uma pessoa ganhar R\$ 5 mil e pagar 27,5% de Imposto de Renda, não pode o tíquete-refeição, que uma empresa dá para o trabalhador almoçar, ter que pagar Previdência, Imposto de Renda. Nós não somos a favor de imposto nenhum, o que nós queremos é ter direitos iguais. Como as federações constroem seus prédios – falo de todas as federações aqui. Como construíram o prédio da FIERGS, lá na Zona Norte? Como construíram o prédio da Fecomércio? Como construíram o prédio da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Nacional da Indústria? Construíram com esse 1,5% que arrecadam sobre a folha de pagamento. Cada trabalhador, de todos os setores, contribui com 1,5% da folha de pagamento para custear isso; é um rateio, feito pela federação, que encabeça o Sistema S, porque seus presidentes são vinculados às federações de empregadores, todos eles têm um vínculo, seja com a FIERGS, FIESP, Fecomércio, todos eles têm um vínculo com essas instituições e são automaticamente o presidente do Sistema S: Sesc, Senac, Sesi, todos setores, todos arrecadam 1,5% da folha de pagamento. E isso é um absurdo! Assim como um trabalhador pagar Imposto de Renda sobre um salário que é o seu sustento, assim como é um absurdo o que se paga de impostos no arroz, no feijão, no azeite, isso é uma vergonha, isso é um absurdo. Reafirmo aqui, como presidente estadual da Força Sindical, dirigente nacional da Força Sindical e membro da executiva nacional do meu partido, que nós somos contra qualquer imposto que seja imposto aos trabalhadores. Nós somos a favor e defendemos a taxa negocial, defendemos a meritocracia entre a relação capital e trabalho, defendemos a meritocracia onde o sindicato avançou nas causas, seja de trabalhador e de

empregador, que ele arrecade; agora, não a algo que venha embutido, enfraquecendo cada vez mais a atuação sindical. Muito obrigado. Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (17h31min) Passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. João Bosco Vaz solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 16 de agosto de 2023, a partir das 12h.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 23 a 25 de agosto de 2023. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o Ofício nº 2.839/23, do Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024 (Proc. nº 0900/23 – SEI nº 118.00543/2023-03). Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLCE nº 021/22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 021/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLCE nº 021/22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 021/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino e do Ver. Hamilton Sossmeier, ao PLL nº 044/23.

Aprego requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCL nº 015/21.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, ao PLCL nº 015/21.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 166/23 – (Proc. nº 0912/23 – Mesa Diretora – Requer seja o período de Comunicações do dia 21 de agosto de 2023 destinado a homenagear a Associação Gaúcha de Consultoras em Aleitamento (AGACAM), em comemoração ao Agosto Dourado - mês que simboliza a luta pelo incentivo à amamentação. (SEI 014.00026/2023-49)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 166/23](#), de autoria da Mesa Diretora. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0867/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 021/22, que altera o § 2º do art. 33, inclui o art. 34-A e revoga o § 7º do art. 32, todos da Lei Complementar nº 765, de 8 de julho de 2015, excluindo os dispositivos referentes ao excedente de pontos da Gratificação de Atividade Tributária (GAT), além de permitir a sua percepção no caso de cedência de servidores a outros órgãos da Administração Pública. (SEI 118.00526/2022-87)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Moisés Maluco do Bem: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alvoní Medina: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- adiada a discussão por três Sessões em 27-03-23;
- retirado o Requerimento do art. 81 da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 07-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLCE nº 021/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, colegas, assistência, equipes técnicas, este projeto traz alguns estranhamentos. O primeiro deles é que a GAT vai ser tirada de quem está aposentado; a GAT vai ficar, nesse caso, só para os da ativa. E o estranhamento é que ninguém da classe aposentada dos auditores veio reclamar; pelo menos a nossa equipe técnica não teve – informa o Adriano – nenhuma reclamação por parte dos aposentados, não houve o *jus esperniandi*, como se fala, ao mesmo tempo em que tem meritocracia no meio, e isso, para nós, do partido NOVO, Ver. Cassiá Carpes, é sempre algo positivo. Então, se não houve reclamação dos aposentados que vão deixar de ganhar, me parece que é uma questão consumada internamente na categoria. E a nossa emenda visa ser uma espécie de trava para que uma classe já privilegiada do funcionalismo tenha um pouco mais – a lei, no caso – de racionalidade na distribuição desse dinheiro. Hoje a lei diz que é 40 ou 45 bilionésimos por cento o percentual que um auditor ganha, o que dá cerca de R\$ 18 mil por mês. Então nós estamos falando de um *plus* de R\$ 18 mil. É o salário de um vereador. É o salário que eles ganham pelo concurso, mais esse bilionésimo. A nossa emenda é para baixar de 45 para 10. Vão continuar ganhando, enfim, tem toda essa questão dos cálculos e das GATs, mas eu peço apoio a nossa emenda, que é para baixar de 45 para 10 bilionésimos, que vai cair de R\$ 18 mil para cerca de R\$ 4 mil e uns quebrados para uma classe que já ganha bem, que já está na nata do funcionalismo. Então a nossa emenda é no sentido de baixar de 45% para 10% de bilionésimo. Então, repito, não houve o famoso *jus esperniandi* dos aposentados, me parece pacificado, a legislação está posta, então peço apoio para essa emenda. A nossa tendência é, em aprovando a nossa emenda, votarmos “sim” para esse projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 021/22, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores e vereadoras, essa questão, Sr. Johnny, que apresenta a Aiamu e tem todo o nosso respeito, é muito complexa. Sou advogado trabalhista, Ver. Jonas, e tenho uma tendência natural de examinar muito qualquer questão que envolva vantagens ou não de servidores. Examinava esse projeto, junto com outras vereadoras e vereadores, particularmente o Ver. Alex Fraga, e veja o seguinte: essa GAT, a gratificação, tem em média o valor de R\$ 18 mil mensais, em média. Bem, como tudo é relativo, é normal um jogador de futebol ganhar R\$ 1 milhão, o Neymar ganha R\$ 1 milhão por dia, tudo é relativo. No Município, uma gratificação de R\$ 18 mil por mês é muito dinheiro. Aí há uma justificativa – no mínimo uma explicação –, e qual é? É que ele trabalha arrecadando, ele que traz. Então a gratificação se justifica no trabalho fazendário, no trabalho de

arrecadação, e aí está certo – ninguém está questionando isso. Eu não vi nenhum projeto para tirar isso dos trabalhadores, das trabalhadoras, e se vier eu vou votar contra. Agora, no momento em que o servidor, a servidora saem da atividade arrecadatória, saem da atividade fazendária, os R\$ 18 mil não se justificam mais, não têm mais sentido, porque imaginem na direção de uma escola, onde atua muito o Ver. Alex Fraga, por que um diretor de escola vai ganhar uma gratificação de R\$ 18 mil? Olha o desnível que isso dá, se fosse cedido; o desnível que isso dá em relação a todos os demais. Mas vamos imaginar uma cedência até para a Câmara de Vereadores, que salário teria uma pessoa que, além de chefe de gabinete, ainda traz a gratificação? Isso cria um problema não apenas do ponto de vista do erário em si, mas também das comparações que, com razão, as servidoras e os servidores farão. O professor está ganhando R\$ 5 mil. Tem pessoas ganhando bem menos, aliás, quando têm compromissos de empréstimos é muito menos. Então, o encaminhamento, Ver. Hamilton Sossmeier, que preside a Casa, muito bem por sinal, e preside a sessão, o nosso encaminhamento pela oposição é – respeitosamente, é claro, com quem pensa diferente, particularmente o nosso amigo Johnny, que é presidente da Aiamu –, respeitosamente, mas o nosso encaminhamento é contrário. É contrário porque não é adequado, não é correto, não é produtivo, não tem sentido que saindo da atividade fazendária, arrecadatória, o servidor ou a servidora leve a gratificação de função que foi criada para motivar quem trabalha na arrecadação, na Fazenda. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 021/22.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu não sei se vocês vão conseguir me ouvir.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Está bem, vereador, estamos ouvindo bem.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): ...estão corrigidas na minha emenda. Eu coloquei ali, claro, não deve levar a GAT, a menos que... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Está cortando, vereador.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): É uma justiça ao projeto, porque diminui... (Problemas na conexão.) ...está sendo contratada para fazer algo, ela ganha por produtividade. Eu fiz essa emenda, o pessoal achou interessante... (Problemas na conexão.) ...o problema trazido pelo Ver. Pedro Ruas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Vereador, cortou, nós não estamos ouvindo.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu acabei de explicar. Não recebeu o sinal?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não estamos ouvindo quase nada, está cortando.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Desculpe, estou com problema na internet. Basicamente... (Problemas na conexão.) ...a minha emenda fala que... (Problemas na conexão.) ...o órgão que está recebendo decidir pagar, caso contrário ele não tem...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Jessé, lamento, mas nós não estamos conseguindo ouvir, entendemos parte do que o senhor falou.

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Hamilton Sossmeier, público que nos acompanha; eu vou esclarecer um pouco para quem não entende ainda o que é o projeto, principalmente o público que está aqui assistindo. Esse projeto se refere a uma gratificação da Fazenda do Município, ou seja, a Fazenda recebe seu salário e recebe um bônus por arrecadar, eles ganham um prêmio. Só que esse prêmio está estimado em quase R\$ 18 mil, e o objetivo deste projeto é conseguir premiar a equipe da Fazenda, que são aqueles que vieram aqui para pressionar o aumento do teto do prefeito para R\$ 36 mil por mês, com um impacto de R\$ 30 milhões no Município. Quando a gente vê uma cidade onde mil médicos não tiveram a correção inflacionária nos últimos anos – o Ver. José Freitas recebeu o Simers, que trouxe a defasagem do salário dos médicos em relação à inflação –, nós vemos novamente a Prefeitura cedendo à pressão dos fiscais da receita. Não bastasse aprovar o teto do Prefeito, agora nós vamos mexer nas gratificações, ampliando ainda mais o bônus que essas pessoas já ganham, sendo a categoria mais bem paga do Município de Porto Alegre. É preocupante a gente votar isso no dia de hoje. Eu reforço, Ver. Jonas Reis, que também é um que defende o salário dos professores, que está com 20% de deflação, e nós temos isso nos salários de todas as outras categorias, menos na da Fazenda, que é para quem, todo dia, nós estamos aprovando benesses. E me parece que a categoria que está mandando dentro do Paço Municipal, que está conseguindo todos os ganhos é a Secretaria da Fazenda. Em compensação, Ver. Idenir Cecchim, você sabia que os médicos não podem fazer greve? Isso mesmo, os mil médicos que hoje trabalham na Prefeitura de Porto Alegre não farão greve, eles estão nos nossos postos, eles estão nos nossos hospitais, mas hoje nós estamos aprovando gratificações que somam R\$ 18 mil para algumas pessoas na Fazenda. E nós não estamos falando de professores, nós não estamos falando

da Guarda Municipal, que aqui nos ajuda; nós não estamos falando de médicos, enfermeiros e de todas as outras categorias que compõem a Prefeitura Municipal. Novamente, me parece que precisamos focar onde precisa ser focado, em quem está na ponta. Já passamos o aumento do teto do prefeito, precisamos dar mais gratificação? Por isso, a bancada do Partido NOVO coloca uma limitação, limitando essa gratificação e trazendo a importância da equidade que nós temos nas políticas públicas, porque todos os servidores devem ser tratados de maneira igual, seja a Guarda Municipal prestando serviço para nós, seja o enfermeiro, seja o médico, seja o professor e também a equipe da Fazenda, mas a equipe da Fazenda não deve ser acima de qualquer outro servidor no Município de Porto Alegre. Por isso, solicito voto “sim” à emenda do Partido NOVO, que tenta corrigir alguns aspectos que acabam trazendo essas distorções para o dia a dia da Prefeitura. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 021/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM** e 9 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Jonas Reis e Cláudia Araújo, a Emenda nº 02 ao PLCE nº 021/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLCE nº 021/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Presidente, deu um problema no meu sistema, quero manifestar minha intenção de votar “sim”, mas não consegui votar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Aírto Ferronato, feito o registro.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver.^a Cláudia Araújo.. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze vereadores presentes. Não há quórum.

(18h01min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0565/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 332/23, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que denomina Travessa Mauro Cesar Zacher o logradouro público cadastrado conhecido como Acesso Um Pres Castelo Branco-Voluntários. (SEI 032.00021/2023-06)

PROC. Nº 0733/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 409/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Azeite de Dendê no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 10 de setembro. (SEI 222.00191/2023-54)

PROC. Nº 0736/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 412/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Acarajé no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 4 de dezembro. (SEI 222.00193/2023-43)

PROC. Nº 0738/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 414/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia da Gastronomia Portuguesa no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no último domingo de maio. (SEI 222.00195/2023-32)

PROC. Nº 0740/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 416/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia da Gastronomia Sustentável no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 18 de junho. (SEI 222.00197/2023-21)

PROC. Nº 0749/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 425/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal da Sobremesa no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 9 de outubro. (SEI 222.00207/2023-29)

PROC. Nº 0750/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 426/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal da Alimentação nas Escolas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 21 de outubro. (SEI 222.00208/2023-

73)

PROC. Nº 0751/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 427/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Macarrão no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 25 de outubro. (SEI 222.00209/2023-18)

PROC. Nº 0757/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 433/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Imigrante Grego no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 25 de março. (SEI 222.00215/2023-75)

PROC. Nº 0759/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 435/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal da Salada Grega no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 23 de março. (SEI 222.00217/2023-64)

PROC. Nº 0760/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 436/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do *Halawi* Libanês no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 20 de março. (SEI 222.00218/2023-17)

PROC. Nº 0762/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 438/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal de Nossa Senhora do Líbano no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no primeiro domingo de maio. (SEI 222.00222/2023-77)

PROC. Nº 0765/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 441/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do 11º Batalhão de Polícia Militar no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 6 de maio. (SEI 222.00225/2023-19)

PROC. Nº 0767/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 443/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do 4º Regimento de Polícia Montada no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas

Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 25 de janeiro. (SEI 222.00227/2023-08)

PROC. Nº 0768/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 444/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do 19º Batalhão de Polícia Militar no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 13 de abril. (SEI 222.00228/2023-44)

PROC. Nº 0769/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 445/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do 20º Batalhão de Polícia Militar no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 8 de junho. (SEI 222.00229/2023-99)

PROC. Nº 0775/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 450/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Ogan no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 6 de julho. (SEI 024.00164/2023-18)

PROC. Nº 0776/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 451/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia do Caboclo no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 24 de junho. (SEI 024.00165/2023-62)

PROC. Nº 0779/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 454/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia do Caboclo 7 Flechas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 16 de maio. (SEI 024.00167/2023-51)

PROC. Nº 0783/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 457/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia da Cabocla Jurema no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 21 de maio. (SEI 024.00168/2023-04)

PROC. Nº 0786/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 459/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia do Caboclo Tupinambá no Anexo da

Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 30 de maio. **(SEI 024.00169/2023-41)**

PROC. Nº 0788/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 461/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia do Cacique Cobra Coral no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de junho.
(SEI 024.00171/2023-10)

PROC. Nº 0797/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 467/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal da Igreja Ortodoxa Grega dos Santos Apóstolos no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 29 de junho. **(SEI 222.00234/2023-00)**

PROC. Nº 0798/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 468/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Azeite Grego no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 25 de março. **(SEI 222.00235/2023-46)**

PROC. Nº 0801/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 470/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Anjo da Humanidade no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 12 de agosto. **(SEI 222.00237/2023-35)**

PROC. Nº 0802/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 471/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia do Exu Sete Catacumbas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 23 de agosto. **(SEI 024.00172/2023-64)**

PROC. Nº 0803/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 472/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia da Cabocla Janaína no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 28 de agosto. **(SEI 024.00174/2023-53)**

PROC. Nº 0804/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 473/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Anjo Mebahel no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 26 de agosto. **(SEI 222.00238/2023-80)**

PROC. Nº 0806/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 475/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia da Cabocla Jaciara no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 20 de setembro. **(SEI 024.00175/2023-06)**

PROC. Nº 0811/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 479/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Obaluaiê no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 13 de agosto. **(SEI 024.00178/2023-31)**

PROC. Nº 0814/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 481/23, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Morιά o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco A – Estrada da Pedreira I, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro. **(SEI 034.00335/2023-07)**

PROC. Nº 0817/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 483/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal da Flor-da-Fortuna no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 29 de outubro. **(SEI 222.00242/2023-48)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0622/22 – SUBSTITUTIVO Nº 01 ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 024/22, ambos de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui arts. 90-A e 90-B na Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, estabelecendo a fiscalização de níveis máximos de intensidade de som ou ruído pela Guarda Municipal ou Agente de Fiscalização. **(SEI 220.00168/2022-81)**

PROC. Nº 0906/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 442/22, de autoria do Ver. Cezar Augusto Schirmer, que cria o Plano Municipal de Revisão Periódica de

Gastos. (SEI 214.00011/2022-61)

PROC. Nº 0649/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 370/23, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Ramon Julio Abraham Ponce Dorneles. (SEI 041.00063/2023-20)

PROC. Nº 0723/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 405/23, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que inclui a efeméride Dia e Semana do Climatério e da Menopausa no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada no dia 18 de outubro e na semana compreendida do dia 18 a 25 de outubro de cada ano. (SEI 161.00072/2023-81)

PROC. Nº 0735/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 411/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Amalá de Xangô no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 30 de setembro. (SEI 222.00192/2023-07)

PROC. Nº 0743/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 419/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal da Gastronomia Uruguaia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 25 de agosto. (SEI 222.00201/2023-51)

PROC. Nº 0744/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 420/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal da Gastronomia Argentina no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 9 de julho. (SEI 222.00202/2023-04)

PROC. Nº 0745/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 421/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal da Gastronomia Japonesa no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorada anualmente no dia 18 de junho. (SEI 222.00203/2023-41)

PROC. Nº 0756/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 432/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Imigrante Libanês no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser

comemorada anualmente no dia 22 de novembro. (SEI 222.00214/2023-21)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h02min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *